

**A problemática da Continuidade Noticiosa na imprensa cabo-verdiana
– Estudo de caso: a Gestão do Fundo do Ambiente, nos jornais
impressos A Nação e Expresso das Ilhas**



Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo

Autor: José António dos Reis Cardoso

Orientador: Professor Mário Mesquita

Outubro de 2017

Escola Superior de Comunicação Social, IPL

Mestrado em Jornalismo

**Tema: A problemática da Continuidade Noticiosa na imprensa cabo-verdiana –
Estudo de caso: A Gestão do Fundo do Ambiente, nos jornais impressos A Nação e
Expresso das Ilhas**

Elaborado por: José António dos Reis Cardoso

Sob orientação do professor: Mário Mesquita

Outubro de 2017

Declaração de compromisso Anti-plágio

Declaro ser o autor deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original e inédito que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 27 de outubro de 2017

O aluno

José António R. Cardoso

Agradecimentos

O meu muito obrigado ao orientador, Professor Mário Mesquita, por todo o apoio, conhecimento e as valiosas contribuições que me emprestou na elaboração desta dissertação e pelos ensinamentos que me servirá, certamente, para toda a vida.

Agradeço igualmente à minha família, meu porto seguro, em especial a esposa, filha, aos meus pais e irmãos pelo companheirismo e apoio incondicional.

Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas de profissão que emprestaram as suas vivências, saber para a materialização deste trabalho.

A todos vós, um muito obrigado! Vocês foram as verdadeiras lâmpadas nesta sombria, sinuosa e laboriosa caminhada que agora vislumbra o horizonte.

Resumo

A presente investigação procura analisar o seguimento que os jornais cabo-verdianos impressos Expresso das ilhas e A Nação dispensaram à polémica em torno da gestão do fundo do ambiente desde o início até a época que principiamos esta tarefa.

Dada a relevância dos meios de comunicação social nos processos de formação, informação e o esclarecimento da opinião pública, bem como, na promoção da transparência e no fortalecimento da democracia, o acompanhamento dos assuntos noticiados torna-se um imperativo fundamental para que o jornalismo cumpra a sua tarefa de manter o cidadão a par do desenrolar e do desfecho dos acontecimentos e ainda cobrar dos servidores públicos condutas adequadas. Pretendemos com este trabalho apurar os principais condicionantes da continuidade noticiosa ou da manutenção de um assunto noticiado em pauta, o aceso às fontes de informação, abordar a questão do jornalismo investigativo, os principais critérios de noticiabilidade e ainda analisar o acompanhamento dado ao escândalo político em torno da gestão do fundo do Ambiente em Cabo Verde.

Para o efeito, analisamos todas as edições em papel dos dois semanários nos períodos compreendidos entre 2 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, recorrendo às técnicas de análises de conteúdo e entrevistas a 8 jornalistas.

Palavras-chave: Continuidade noticiosa; Fundo do Ambiente; Fontes de informação; Opinião pública.

Abstract

This research seeks to analyze the follow-up that the printed Cape Verdean newspapers "Expresso das Ilhas" and "A Nação" have given to the controversy surrounding the management of the environment from the beginning until the period that we began this task.

Given the importance of the media in the processes of formation, information and the clarification of public opinion, as well as, in promoting transparency and strengthening democracy, monitoring of news subjects becomes a fundamental imperative for journalism to fulfill its task of keeping the citizen abreast of the unfolding and the outcome of events and still charge the appropriate civil servants. With this work, we intend to investigate the main determinants of news continuity or the maintenance of a news item on the agenda, access to sources of information, address the issue of investigative journalism, the main criteria for news reporting, and analyze the follow-up given to the political scandal in around the management of the Environment Fund in Cape Verde.

For this purpose, we reviewed all paper editions of the two weekly newspapers from September 2, 2015 to December 31, 2016, using content analysis techniques and interviews with 08 journalists.

Keywords: Continuity of news; Environment Fund; Journalism; Information sources; Public opinion.

Índice

Declaração de compromisso Anti-Plágio -----	ii
Agradecimentos -----	iii
Resumo -----	iv
Abstract -----	v
0-Introdução-----	1
1.Continuidade noticiosa: definição do conceito -----	9
1.1- Descrição sucinta do Fundo do Ambiente -----	10
1.2- Breve historial da imprensa escrita em Cabo Verde -----	12
1.3- Caracterização dos jornais em estudo -----	13
1.3.1- Jornal A Nação -----	13
1.3.2- Jornal Expresso das Ilhas -----	15
II – Desenvolvimento -----	16
2- Continuidade noticiosa -----	16
2.1- Obstáculos à continuidade noticiosa -----	26
2.2- Acesso às fontes de informação -----	31
3- Jornalismo investigativo-----	37
4- Critérios de noticiabilidade -----	42
V - O conceito de escândalo político a propósito da Gestão do Fundo do Ambiente ---	49
5.1- Análise dos jornais -----	50
Conclusão -----	58
Matérias analisados -----	61
Bibliografia -----	61
Sites consultado -----	64
Documentos oficiais consultados -----	64
Anexos -----	65

0- Introdução

O presente trabalho visa analisar aquela que é tida como uma questão crítica do jornalismo, em especial, do cabo-verdiano e que se relaciona com a falta de seguimento das notícias por parte dos órgãos de comunicação social. O assunto tem merecido críticas da parte do público leitor/ouvinte/telespectador, insaciável por cada detalhe e pelo evoluir das matérias noticiadas. A própria classe jornalística mostra-se consciente desta mazela.

A importância e o papel da comunicação na construção de uma sociedade livre e democrática são fundamentais. Ter acesso à informação e à possibilidade de se expressar é essencial para exercer uma participação ativa. Furio Colombo (1998) nota que a grande liberdade de informação permitiu o aparecimento de massas cada vez mais ativas e presentes nos acontecimentos quotidianos. Massas que segundo Colombo, formadas em virtude da grande circulação de notícias e libertas do localismo, deram origem a grupos de opinião fortes “... cada um com a sua própria ordem de valores, que fazem frente ao produto-notícia tal como qualquer outro grupo de consumidores enfrenta o fornecedor em qualquer outro campo” (Furio Colombo; 1998; p. 13). Por sua vez, João Carlos Correia (2011; p. 37) observa que “...o direito à informação é inerente à cidadania. A noção moderna de legitimidade e a aplicação do princípio da publicidade implicam que as decisões do poder sejam escrutinadas e legitimadas”. Essa fiscalização só se concretiza, a nosso ver, com uma árdua predisposição para um jornalismo investigativo, que descortine as ações na sociedade, mormente, dos servidores públicos a fim de promover a transparência que é tida como condição *sine qua non* para a presença da democracia e do Estado de direito democrático. A propósito, Pedro Abramovay¹ (2016) advoga que “O jornalismo investigativo é essencial para expor a transparência e traduzi-la em conhecimentos politicamente relevantes para a população”. Neste capítulo, entendemos que a imprensa, para além de investigar e divulgar, deve assegurar com o acompanhamento das notícias tornadas públicas.

¹ Director para a América Latina & Caribe da Open Society Foundations – organização que apoia diversas iniciativas de jornalismo independente no Brasil.

A imprensa, segundo aquele especialista, tem o papel de mostrar o que as instituições não estão mostrando, algo que está sendo ameaçado, se percebermos que mudou-se o cenário. Abramovay constata ainda que: “Antes, os escândalos surgiam na imprensa e depois as empresas corriam para responder a eles. Agora, é o contrário. E isso é preocupante, pois não podemos ter a ilusão de que as informações divulgadas pelas instituições são completas e imparciais”. A propósito, Furio Colombo (1998; p.18) atesta que o jornalismo resulta melhor quando é independente do público, não quando se dobra aos seus caprichos. O mesmo apresenta como exemplo o jornal New York Times, que coloca em antagonismo com a vontade do público, a ponto de sustentar opiniões impopulares e que, mesmo assim, continua a aumentar a sua tiragem nos EUA. A visão dos autores põe em relevo a independência e a objetividade como bússola no labor jornalístico.

À semelhança do que acontece nos textos narrativos, que se caracterizam pelo relato de fatos retratados por uma sequência de ações, relacionadas a um determinado acontecimento, o trabalho jornalístico pede a adoção desses princípios. Para que o relato seja algo dotado de sentido, o mesmo dispõe de alguns elementos que desempenham funções primordiais. A nosso ver, a ação jornalística deve ter em mente esses pressupostos, ou seja, seguimento do assunto para que o público possa estar munido de informações que lhe permitam ter opinião formada sobre o objeto da notícia.

Furio Colombo (1998), na sua obra “*Conhecer o Jornalismo Hoje – Como se faz a Informação*”, destaca um conjunto de factos que fizeram manchete nos media e que depois de terem despertado interesse, agitação, pânico ou difamação, desaparecem, pura e simplesmente, da agenda mediática. Outras tornam-se cíclicas, voltando de vez em quando. Outras ainda mantêm-se em suspenso, sem um fim. Factos que, a nosso ver, ilustram a pertinência do seguimento das notícias, para que o público fique esclarecido.

A falta de continuidade explica-se, essencialmente, por indisponibilidade das fontes de informação, a falta de jornalistas especializados, a pouca perspicácia dos jornalistas, ou ainda, por insensibilidade das chefias de informação pelo assunto. **A problemática à volta da gestão do fundo do Ambiente** é um caso paradigmático. Apesar de o tema ter sido manchete nos jornais, telejornais e rádios jornais no país, acabou por sair da agenda

mediática, a nosso ver, de maneira prematura. Notámos que essa postura tem sido rotineira no panorama mediático destas ilhas, senão vejamos alguns exemplos.

O assassinato de Renato Cardoso, em setembro de 1989, na Cidade da Praia. Ele era diplomata, jurista, escritor, compositor e uma figura marcante da política cabo-verdiana. O crime, para muitos não foi devidamente investigado, e há quem aponte o dedo a questões de natureza político-partidária. Apesar da investigação das autoridades policiais e judiciais e mesmo da ação dos media, ficou por desvendar o suposto mandante ou os mandantes, bem como o autor ou os autores do crime.

O processo de privatização da empresa cabo-verdiana de combustíveis (ENACOL) em que se suspeita do desvio de dois milhões de dólares, em finais dos anos 90. Consta que a empresa pública terá sido vendida por treze milhões de dólares, mas deparou-se que no cofre do Estado entrara, segundo investigações, 11 milhões, faltando outros dois. O assunto foi tema da campanha eleitoral para as eleições legislativas de 2001 e não só. Ainda hoje é usado, com alguma frequência, nas querelas político-partidárias. Aos olhos da opinião pública, não ficou provado se houve crime ou não. Os implicados no negócio defendem que não houve irregularidades, entretanto, as investigações apontam para algumas situações anómalas, nomeadamente de que o negócio terá sido consumado num domingo. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 2002, por iniciativa do grupo parlamentar do Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV (na altura do negócio oposição e que viria a ganhar as eleições de 2001), mas o relatório foi recusado pelo então presidente da Assembleia Nacional, Aristides Lima, com o pretexto de que foi elaborado fora do prazo estabelecido, por lei.

As cíclicas acusações de compra de votos ou uso de meios públicos, em todos os períodos eleitorais para condicionar os eleitores. São imputações que sempre os partidos políticos fazem mutuamente e a comunicação social limita-se a dar voz às acusações e à defesa sem que tenha feito um acompanhamento do assunto para tentar descortinar a verdade dos factos e esclarecer a opinião-pública, bem como exigir o cumprimento da legislação.

Megaprocessos de tráfico de drogas no país. Temos a operação Lancha Voadora, a maior apreensão de droga alguma vez ocorrida no país (uma tonelada e meia de cocaína) e apreensão de bens, com vários arguidos. O caso, apesar de ter sido mediático, à semelhança de outros processos não se sabe a quantidade e o destino dos bens

confiscados. Para além de outros processos semelhantes de que não se conhece o desfecho.

A investigação do Consórcio Internacional de jornalistas de investigação – ICIJ (2015) sobre um alegado esquema de evasão fiscal no ramo suíço do banco britânico HSBC – em que surge um cliente da República de Cabo Verde com dois milhões de dólares. Foi resultado da investigação empreendida pelo consórcio de jornalistas internacionais, em Cabo Verde a imprensa não conseguiu investigar para dar a conhecer o caso, nem as autoridades cabo-verdianas abriram qualquer processo de averiguação. A comunicação social limitou-se a fazer referência ao que já tinha sido noticiado, pela imprensa internacional.

O caso Zé Catana, alegado assassino em série. Homem que terá assassinado e esquartejado um companheiro de quarto e vendido a carne da vítima, na altura falou-se de várias pessoas desaparecidas e que provavelmente tiveram a mesma sorte e da possível comercialização da carne humana, pelo criminoso. Falou-se na altura de que Zé Catana teria problemas de foro mental e depois da condenação esqueceu-se do caso.

Negligência nos hospitais. Volta e meia utentes ou seus familiares levantam suspeitas sobre a questão, sem que nunca se tenha provado tais ocorrências. O assunto acaba sempre por cair da agenda sem qualquer seguimento. Até porque em Cabo Verde há sensação de que os erros médicos e, de um modo geral, nos hospitais são impunes, dada a dificuldade de se reunir as provas.

Mistério sobre desaparecimento do navio Rotterdam. O navio de Carga Rotterdam com 22 metros de comprimento, com seis tripulantes a bordo desapareceu em 2013 quando fazia viagem no trajeto Cidade da Praia – Ilha da Boa Vista em Cabo Verde, na altura as autoridades marítimas fizeram buscas, com auxílio de meios internacionais, mas até hoje nada. Porém, meses depois o jornal “A nação” deu conta de que o navio estaria em São Tomé e Príncipe e que estaria referenciado como estando envolvido no tráfico de drogas. A informação foi refutada pelas autoridades são-tomenses. A imprensa cabo-verdiana esqueceu-se da matéria.

Suspeição à volta de empreitadas nas obras públicas. É uma questão recorrente em Cabo Verde, normalmente as denúncias vêm dos partidos da oposição, que exigem

transparência e acusam quem governa de má gestão da coisa pública. A ponte de Ribeira d'Água, na ilha da Boa Vista, que um ano depois da sua construção foi levada pelas cheias, deixando a ilha isolada e dividida em dois. A oposição acusou o governo de negligência. O anel rodoviário (estrada asfaltada) da ilha do Fogo, a obra sofreu várias derrapagens e mesmo assim não foi terminada. A construção de algumas barragens sendo as mais mediáticas as de Banca Furada, na ilha de São Nicolau, que não retém água e a de Canto Cagara, no concelho da Ribeira Grande - na ilha de Santo Antão, que pouco tempo após à sua conclusão (inaugurada em 2014) depara-se com um avançado processo de assoreamento, colocando em risco a viabilidade da infraestrutura de retenção de água, para além do problema de infiltração. E o tão propalado programa “Casa Para Todos”, financiado por uma linha de crédito do governo português de 200 milhões de euros. Levantaram-se, de entre muitas suspeitas, a gestão danosa, a qualidade e a inviabilidade do projeto.

O naufrágio do navio Vicente, em 2015. A embarcação da agência de navegação “Tuninha” saiu do Porto da Praia – ilha de Santiago, com destino à Ilha do Fogo e acabou por afundar-se à entrada do Porto de Vale dos Cavaleiros, na Ilha do Fogo. Na altura, o Vicente tinha a bordo vinte e seis pessoas, sendo 18 tripulantes. Do acidente foram resgatadas onze pessoas com vida, um corpo e as restantes até hoje não foram encontradas. De entre as possíveis causas do acidente são apontados excesso de carga, erro humano e mau tempo. A questão foi motivo para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que no fim não reuniu consenso entre os deputados que faziam parte da citada comissão e a imprensa não conseguiu desenvolver ações que pudessem elucidar o caso e a sociedade cabo-verdiana não sabe, ao certo, quem são os culpados e as reais razões do afundamento. A ministra que, na altura tutelava, o sector dos transportes marítimos acabou por demitir-se do governo, o incidente, para muitos, esteve na base da sua decisão. Entre outras condutas consideradas reprováveis que a imprensa não tem conseguido acompanhar e esclarecer a opinião pública.

Entendemos ser urgente que os órgãos de comunicação social se preocupem com o desenrolar das notícias veiculadas, para credibilizar o seu trabalho e esclarecer de forma cabal a opinião pública. Sob este olhar, verificamos que o desempenho completo do exercício do jornalismo contribui para despertar o espírito crítico e consciente do cidadão e obriga os governantes a prestar melhores serviços. Temos a percepção de que em Cabo Verde, habitualmente, a classe política promete inúmeros projetos num dado

momento e, não raras vezes, a imprensa perde o rasto do assunto e esquece se de confrontar os políticos com o cumprimento da promessa. Consideramos que o seguimento ou a sua ausência são fatores importantes para a definição do exercício do jornalismo e para o amadurecimento da democracia, bem como para o esclarecimento da opinião pública.

A nível internacional, caso similar tem ocorrido em várias partes do globo, mesmo em países considerado, de larga tradição democrática, onde há liberdade de expressão e de imprensa. Conforme atesta os exemplos que se seguem:

O assassinato do presidente dos EUA, John F. Kennedy, em Dallas – Texas, em 1963. O assunto foi alvo de muitas especulações e dúvidas, sendo motivo de um grande número de teorias de conspirações, entretanto, nunca foi possível desvendar o móbil nem os responsáveis pelo crime. O ataque, alegadamente terrorista, às torres gémeas do World Trade Center, 11 de setembro de 2001.

O caso do primeiro-ministro da Suécia, Sven Olof Joachim Palme, assassinado em fevereiro de 1986, à saída de uma sala de cinema em Estocolmo. Num ataque que na altura foi reivindicado por 134 pessoas diferentes, a polícia sueca persegue diversas pistas há vários anos. Embora possa haver suspeitas de quem poderia estar por trás do assassinio, a identidade do culpado permanece um mistério. E o assassinato jamais foi elucidado pela imprensa.

Morte da Diana, princesa de Gales, agosto de 1997 num acidente de viação no túnel da Ponte de l'Alma, em Paris – França, acompanhada do seu então namorado (Dodi Al-Fayed), e com o motorista deles (Henri Paul). O guarda-costas de Fayed, Trevor Rees-Jones, foi o único ocupante do carro que sobreviveu ao acidente. Uma investigação judicial francesa de dezoito meses concluiu, em 1999, que o acidente de que matou Diana foi causado pelo próprio chauffeur. Entretanto, o pai de Dodi (o empresário Mohamed al-Fayed) alega que o acidente foi obra de uma conspiração, executada pelo M16 a mando do Filipe, Duque de Edimburgo, ex-sogro de Diana. Porém, as ideias de Mohamed foram dispensadas pela mencionada investigação, bem como pela Operação Paget, que foi finalizada em 2006. Um novo inquérito, chefiado pelo juiz Scott Baker,

foi aberto pela Real Corte de Justiça, em Londres, a 2 de outubro de 2007, sendo uma continuação do inquérito original aberto em 2004. O juiz decidiu, em abril de 2008, que o acidente tinha sido causado pela negligência do motorista que tentava fugir dos paparazzi que perseguiam o casal. Vinte anos depois a imprensa britânica e francesa não conseguiram deslindar o enredo deste caso mediático, através de investigações autónomas.

Assassinato do político da oposição russa, Boris Nemtsov (fevereiro de 2015) em Moscovo. O líder da oposição foi morto a tiro no centro de Moscovo, atingido nas costas. O presidente Vladimir Putin vê o caso como morte encomendada e uma provocação e pediu investigação.

Dezembro 2016, Embaixador russo na Turquia, Andrei Karlov, foi morto a tiro enquanto discursava na inauguração de uma exposição de arte em Ancara. O Presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse que o incidente foi uma provocação para tentar prejudicar a normalização entre a Rússia e a Turquia e para boicotar as tentativas de obtenção da paz na Síria, a mesma justificação foi dada pela Turquia, acusando o autor de ato terrorista.

Março 2017, assassinato do ex-deputado russo, Denis Voronkov em pleno centro de Kiev, quando saía de um hotel acompanhado do seu guarda-costas. O presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko, acusou o Kremlin de estar por trás do assassinato do ex-deputado russo e qualificou o crime de terrorismo de Estado por parte da Rússia. Moscovo refuta o envolvimento no crime.

Humberto Delgado, então, candidato à Presidência da República Portuguesa e a sua secretária, Arajaryr Campos, foram assassinados. O crime ainda hoje está envolto em algum mistério.

O caso da Madeleine McCann, menina inglesa que desapareceu em Portugal, quando se encontrava com os seus pais, irmão e irmã de férias na vila da Luz, Lagos no Algarve. O desaparecimento de Madeleine McCann ocorreu em maio de 2007. Foi inicialmente dada como tendo "saído" pelos seus próprios meios pela polícia, enquanto os pais

estavam convencidos que tinha sido raptada. O seu desaparecimento tornou-se num dos casos mais mediáticos quer pela rapidez com que se iniciou a divulgação das notícias, quer pela longevidade e pela massiva cobertura pelos órgãos de informação. Deu origem a livro e muitas polémicas. Até hoje (setembro de 2017) a imprensa portuguesa e britânica que esteve a acompanhar o caso, não conseguiu desvendar o sucedido.

A morte do primeiro presidente moçambicano, Samora Machel, em outubro de 1986, num desastre aéreo. O Governo moçambicano responsabilizou pelo desastre o então regime do "apartheid" que, por sua vez, atribuiu a queda do avião a erros da tripulação russa que comandava o aparelho. Houve denúncias de sabotagem. O incidente ocorreu na África do Sul junto à fronteira com Moçambique, quando o ex-chefe de Estado regressava de uma cimeira na Zâmbia. Desastre ou crime continua a ser incógnita até hoje, apesar de depoimentos e numerosas investigações.

Os citados exemplos asseveram que, a incapacidade em torno da monitorização das notícias e a conseqüente aclaração da opinião pública, não é uma fragilidade circunscrita ao jornalismo cabo-verdiano.

Porém, apesar da importância que o jornalismo poderá desempenhar na revelação destes casos, é importante ter presente que, outros fatores como sejam o secretismo do Estado ou de organizações secretas ou criminosas, bem como questões da mesma natureza que escapa à vontade e à atuação do jornalismo contribuem para que tal situação se verifique. De referir que é um trabalho exterior à imprensa, em muitos casos são as próprias instituições judiciais, policias que não conseguem desvendar essas situações, ou seja, não é apenas um problema do jornalismo.

É com essas preocupações que nos lançamos nesta jornada, tomando como pano de fundo a cobertura dispensada pelos semanários impressos "A Nação" e "Expresso das Ilhas" à polémica à volta da gestão do "Fundo de Ambiente", por parte do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território da República de Cabo Verde.

É nosso objetivo avaliar a predisposição dos órgãos em estudo no que concerne ao seguimento das notícias abordadas, apurar as razões que condicionaram esse

acompanhamento, associar a continuidade ao valor notícia e ao critério de noticiabilidade, bem como analisar as questões relacionadas ao jornalismo investigativo em Cabo Verde e o acesso às fontes.

É nossa intenção despertar na classe jornalística e nos gestores mediáticos, em Cabo Verde, o interesse para o problema que julgamos ser importante para um jornalismo mais acutilante e que responda aos anseios do público leitor, apresentando pistas para se reverter o atual cenário na paisagem mediática do arquipélago.

Para alcançar os objetivos traçados, a nossa investigação centrar-se-á na análise das edições impressas dos citados jornais, publicados no período compreendido entre 2 de setembro de 2015, ocasião em que o assunto foi levantado pelos órgãos de comunicação social, a 31 de dezembro de 2016 época que principiamos a presente jornada investigativa. Amparamo-nos ainda em bibliografias e sítios de internet que abordam o tema, como vias privilegiadas para consolidar a pesquisa.

Estamos, entretanto, cientes da escassez da bibliografia que nos possa auxiliar nesta empreitada. Lacunas que pretendemos colmatar, pensamos nós, com o auxílio de entrevistas aos jornalistas e gestores dos órgãos de comunicação social.

1- Continuidade noticiosa: definição do conceito

O dicionário Priberam da Língua Portuguesa² (2013) define a continuidade como um substantivo feminino originário do latim *continuitas – atis* e que significa “qualidade do que é contínuo. Extensão ou duração contínua”. No campo mediático mais concretamente do cinema, teatro e televisão a mesma publicação define a como “tarefa ou função que visa estabelecer consistência e coerência de todos os elementos (imagens, sons, cortes, sequências, caracterização das personagens, objetos, espaços, etc.) de um

² -"Continuidade", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/continuidade> [consultado em 02-10-2017].

filme, um espetáculo, um programa, etc’’. A infopédia, dicionários porto editora³ apresenta a continuidade como: “qualidade de contínuo, ligação não interrompida, duração contínua, repetição incessante...”. Por sua vez, o dicionário Online de portuguesa⁴ tem uma definição identifica “Condição ou estado do que é contínuo, sem interrupções: a continuidade do barulho da tempestade. Insistência, persistência ou prosseguimento das caraterísticas próprias de um determinado contexto, fato ou circunstância”.

As definições dos três dicionários não destoam muito um do outro, ou seja, nota-se um certo consenso à volta da designação.

Porém, se afunilarmos, ao objeto do estudo, podemos notar que persistem as similitudes “Continuidade noticiosa” é o acompanhamento, seguimento das notícias veiculadas na imprensa. É nosso entendimento que, a continuidade noticiosa é seguir, monitorizar, enfim, manter o tema em pauta, de modo a informar a opinião pública de forma ininterrupto o evoluir do acontecimento e não deixar morrer a questão sem que o leitor fique por dentro do desenrolar do caso.

1.1- Descrição sucinta do Fundo do Ambiente

O Fundo do Ambiente é uma conta especial criada junto do Banco de Cabo Verde - BCV. A Conta foi perspctivada para receber recursos provenientes da cobrança de taxas ambientais bem como as multas e coimas aplicadas. Os recursos mobilizados, por está via, devem ser aplicados na implementação da política ambiental.

Não obstante, a maioria dos recursos das taxas, coimas e multas sejam efetivamente canalizada para o Fundo do Ambiente, a Taxa Ecológica, a maior fonte de receita ambiental do país, não é canalizada para o Fundo do Ambiente. Este é sim disponibilizado para um projeto inscrito no Orçamento do Estado, com o mesmo

³ -in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-02 23:35:11]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/continuidade>.

⁴ - <https://www.dicio.com.br/continuidade/>, consultado 02/10/2017

nome. O facto de estar num projeto inscrito no Orçamento do Estado, o projeto teria de seguir as regras de gestão do Orçamento do Estado e, por conseguinte, os desembolsos dependem do controlo financeiro do Ministério das Finanças. De resto, tanto para o Projeto Fundo do Ambiente, como para outros projetos inscritos no Orçamento do Estado, tinha um controlador financeiro no Ministério das Finanças.

Os processos de financiamento, através do Fundo do Ambiente, processavam-se da seguinte forma:

- 1) A Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG) do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território mandava os projetos para cabimento prévio no Ministério das Finanças;
- 2) Quando o Ministério das Finanças mostrava-se favorável, a DGPOG (Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão) do Ministério do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território fazia a cabimentação;
- 3) O Ministério das Finanças, em seguida fazia a verificação da legalidade;
- 4) A DGPOG MAHOT (Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território) confirmava;
- 5) O Ministério das Finanças mandava liquidar.

O Fundo do Ambiente está regulamentado por um conjunto de legislação e normas que podem ser encontradas nos Boletins oficiais da República de Cabo Verde⁵.

Um processo simples, na ótica do ex-director-geral do Ambiente, Moisés Borges, mas que por ter sido politizado, deu origem a uma grande polémica. Para Moisés Borges a comunicação social deu uma boa contribuição para a polémica, quando chamou para se pronunciarem sobre o assunto, em debates radiofónicos e televisivos, pessoas que ignoravam completamente o processo e que foram se pronunciando com muita convicção, porém, com muita ligeireza.

⁵ - BO: Decreto Legislativo 14/97, de 1 de julho e definida nos termos do decreto-lei 29/98, de 3 de agosto. O mesmo Fundo é regulamentado pelo decreto-regulamentar nº3/2012, de 28 de fevereiro. Lei 17/VIII/2012; Decreto-Lei 40/2013

1.2- Breve historial da imprensa escrita em Cabo Verde

A história da imprensa em Cabo Verde começa em 1842, com a publicação do primeiro número do Boletim Oficial, a partir da ilha da Boa Vista na altura sede do governo colonial. O primeiro jornal não oficial, o Independente, surgiu na Cidade da Praia só em Outubro de 1877. Correio de Cabo Verde, 1879; Echo de Cabo Verde, 1880; Imprensa, 1880; O Protesto, 1883 estão entre os periódicos que marcaram a primeira época da génese da imprensa escrita cabo-verdiana. Entretanto, daquela época até agora surgiram várias publicações, uns com maior e outros com menor longevidade.

Atualmente, Cabo Verde conta com quatro publicações em papel jornal Terra Nova - propriedade da igreja católica com periodicidade mensal, Artiletra publicação cultural bimestral, bem como os semanários Expresso das Ilhas e A Nação. Até dezembro de 2016 havia o jornal “A SEMANA” que por dificuldades financeiras deixou de sair às bancas, mas a versão digital continua através do [asemanaonline \(http://www.asemana.publ.cv\)](http://www.asemana.publ.cv), o periódico “A Voz” nasceu em janeiro de 2015 e acabou por sucumbir no início de 2016. Importa referir que, o Estado de Cabo Verde, em maio de 2007, se desengajou da imprensa escrita (www.angop.ao/, consultado em setembro de 2017), com a extinção do último jornal semanário de capital público, Horizonte.

Cabo Verde, apesar de várias tentativas ainda não conseguiu, ter um diário em papel, 42 anos após a sua independência. Porém, é de assinalar a proliferação de publicações em formato digital, o que poderá, em parte, inviabilizar as publicações em papel doravante, até porque, o país, por ser ilha com dificuldades de ligações entre elas, com uma população estimada em pouco mais de meio milhão de habitantes, talvez não seria viável, por hora, uma imprensa diária. Porém, notámos que os media tradicionais têm apostado na criação de sítios na internet.

No que tange à legislação, a atividade da imprensa escrita, no nosso arquipélago, é regulamentada pelo decreto-lei nº 73/VII/2010, de 16 de agosto. Posto isto, centremo-

nos no propósito da nossa pesquisa, que neste ponto passa por uma breve caracterização dos jornais em papel “A Nação” e “Expresso das Ilhas”.

1.3- Caracterização dos jornais em estudo

1.3.1- Jornal A Nação



O “A Nação Cabo Verde, LDA” é um jornal semanário, privado, generalista de âmbito nacional, que nasceu em 2007. A sua primeira edição impressa saiu às bancas no dia 6 de setembro de 2007. Está sediada na Cidade da Praia, mais concretamente no bairro de Cidadela - Palmarejo. Trata-se de um periódico que sai às bancas às quintas-feiras, dispõe de um portal na Internet (<http://anacao.cv/>). Atualmente é tido como um dos jornais de referência no arquipélago, fruto de algumas investigações jornalísticas empreendidas. Exemplo disso foi a polémica em torno dos beneficiários do Fundo do Ambiente e dos maiores devedores do agora extinto Novo Banco de Cabo Verde.

É impresso em Portugal (já houve período em que não saiu às bancas por dificuldades de ligação Lisboa - Cidade da Praia), tem um formato tablóide, com 48 páginas, com uma tiragem de cinco mil exemplares. É vendido a 100 escudos (cerca de 0,99 euros). No que tange à estrutura hierárquica, o jornal A Nação faz parte do grupo Alfa-comunicações, que possui um diretor-geral, um presidente. Desde o seu início, teve um único diretor, Alexandre Semedo, conta ainda com as figuras de Editores e jornalistas.

Está matriculado na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia⁶. O referido semanário tem capital social de 1.200.000\$00 escudos cabo-verdiano⁷. Conforme a última alteração de contrato de divisões, cessões e unificações de quotas, admissão de sócios e alteração do pacto social da sociedade, cujo capital social no

⁶- Sob o número 2165/2008/OT/02.

⁷-B. O III Série nº 42 de 30 de Dezembro de 2011, que altera a estrutura a sociedade.

montante antes citado, passou a ser repartido em sete quotas, distribuídas da seguinte forma:

Fernando Rui Tavares Ortet com 528.000\$00, Antónia dos Reis Tavares Ortet 120.000\$00, Geisa Esther dos Reis Tavares Ortet 60.000\$00, Nayara Fernanda dos Reis Tavares Ortet 60.000\$00, Bernardina Paula dos Reis Tavares Ortet 60.000\$00, Hernâni Vaz Antunes 360.000\$00, Salomão Domingos Barbosa Amado 12.000\$00.

O jornal tem como promotor, o empresário cabo-verdiano, Fernando Ortet. Os sócios maioritários é a família Ortet, como se pode ver, que é empresário na área de comunicação e marketing. Possui o grupo Alfa Comunicações que é proprietário do Jornal A Nação e da revista Iniciativa.

O jornal tem dez jornalistas, dos quais três na delegação de São Vicente. Conta com um número significativo de cronistas. A linha editorial do “A Nação” define-se como um jornal independente e atual, onde nada é tabu, com temas de política, economia, cultura, desporto, opinião para além de outros assuntos. A mesma define-se como um jornalismo feito com rigor, onde o contraditório é um princípio sagrado.

O A Nação está dividido em oito secções: Sociedade, Política, Economia, Ambiente, Turismo, Cultura, Desporto e Mundo. Para além das secções dedicadas às notícias, o semanário possui um Caderno formado pelas seguintes rubricas:

ETC. – um caderno plural, com reportagens, artigos de fundo, crónicas, sobre os mais diversos sectores da vida cabo-verdiana, numa abordagem viva e atual.

DESAFIO – Artigos sobre o desporto em Cabo Verde e no mundo, nas suas mais variadas modalidades e vertentes.

B.I – A cultura tratada com o esmero que o leitor merece. Literatura, Artes plásticas, cinema, história, entre outros, com temas de fundo e uma abordagem apurada.

CIÊNCIA – virado para a ciência e investigação. Um caderno segundo os responsáveis do jornal a pensar no Cabo Verde que se projeta para os tempos atuais e futuros. (anacao.cv/, consultado a 19 de setembro de 2017). Entretanto, ultimamente sofreu uma reformulação passando a contar com as seguintes rubricas: No Ponto, Democracia,

Vida, Economia, ETC (que aborda a cultura), Educação, Desporto, Zig Zag (rubrica aborda questões de atualidade de forma descontraída e humorada) e Mundo.

1.3.2- Expresso das ilhas



Expresso das Ilhas é um jornal semanário cabo-verdiano, privado, generalista, com abrangência nacional e que sai às bancas às quartas-feiras. Começou a ser publicado a 01 de março de 2002, atualmente tem a sua sede em Achada de Santo António, avenida OUA N° 21- R/C CP 666 – Cidade da Praia, ilha de Santiago, Cabo Verde. O órgão de comunicação social é propriedade da Media Comunicações, SA e não especifica quem são os acionistas. Nasceu num contexto de alternância política em Cabo Verde (o Movimento para a Democracia – MpD estava no poder há dez anos e perdeu as eleições legislativas de 2001). É conotado com o MpD. O periódico possui sete (7) jornalistas, de entre estes dois laboram na delegação da Ilha de São Vicente. O atual diretor é o jornalista, António Monteiro.

A missão que este grupo (Media comunicações) visava para o jornal Expresso das Ilhas era lutar por um jornalismo plural em Cabo Verde. O fim da monopolização do sector da comunicação social em Cabo Verde por parte do governo da época era o principal objetivo daquele jornal que, apesar de jovem em comparação com as outras publicações nacionais, o periódico já contava com um público fiel e interessado pelo ponto de vista deste órgão. O jornal procura estar junto aos problemas do cabo-verdiano e afirma-se como um órgão que não faz oposição ao governo, apenas dá voz ao povo mais oprimido, conforme pode-se ler na sua linha editorial.

O jornal Expresso das Ilhas é um dos dois jornais semanários impressos, a circular, atualmente, nas ilhas e tem uma tiragem de 3000 exemplares. Possui uma publicação na Internet (www.expressodasilhas.cv) que serve para complementar a publicação em papel.

No que tange as editorias ou sessão esta dividido em Política, economia, no ponto (trás as questões candentes da atualidade, com notícias e análises), Sociedade, Cultura, Mundo, Ciências e Tecnologias e Opinião.

II – Desenvolvimento

2- Continuidade noticiosa

O seguimento das matérias noticiadas, pelos órgãos de comunicação social, a nosso ver, é uma atitude e um desafio profissional que todo o jornalista comprometido com o rigor da informação e preocupado com o esclarecimento cabal da opinião pública deve encarar de frente.

Fernando Martins (2006) reconhece o mérito do jornalismo na investigação e divulgação de crimes hediondos entre outras situações anómalas. Porém, o autor alerta para o risco do julgamento sumaríssimo na praça pública, pela condenação e pelo linchamento mediático. O então provedor dos leitores do Jornal de Notícias tomou como exemplo a cobertura dispensada ao caso de pedofilia da Casa Pia. Alguns media, segundo diz, foram incapazes de controlar os impulsos da concorrência enveredando pelo caminho do espetáculo em vez da informação. Fernando Martins concluiu, que nesse processo, não se respeitou um dos princípios constitucionais e deontológicos da profissão que é a presunção da inocência.

Sobre o mesmo assunto o sociólogo Paquete de Oliveira aborda o imediatismo da informação jornalística. O mesmo estranha a forma como os meios de comunicação social levantando, tantas vezes e com muito mérito, problemas importantes, depois não os seguem, não lhes dão continuidade. “Abandonam-nos, pura e simplesmente. Aliás, o tema das cenas pedófilas na Casa Pia é disso um bom exemplo: foi, há anos, denunciado por um jornalista do «Tal e Qual», mas quase tão depressa como foi levantado, foi abandonado” (Fernando Martins; 2006; p. 52). Paquete de Oliveira nota a falta de investigação e de aprofundamento. “Abordaram-se as questões imediatas, superficiais, sem se ir ao âmago da questão” (Fernando Martins; 2006; p. 53). O mesmo paralelismo se pode fazer com a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente ou de outros temas candentes da atualidade cabo-verdiana e que tiveram a mesma sorte.

A propósito, Furio Colombo (1998) socorreu-se das “*lendas urbanas*”⁸ para explicitar a pertinência do acompanhamento, dos conteúdos noticiados. O mesmo deu exemplo de boatos sobre tráfico de órgãos de crianças, na América Central e Latina para a Europa, assunto que veio a ser reforçado com a denúncia do eurodeputado francês, no parlamento de Estrasburgo. O tema, segundo Colombo, foi amplamente difundido pela imprensa e na sequência, a magistratura italiana desencadeou uma investigação envolvendo quatro mil famílias, que haviam adotado crianças brasileiras, nos últimos anos. O investigador reparou que o resultado da citada averiguação judicial não mereceu qualquer atenção por parte dos jornalistas. Os meios de comunicação social deram grande relevo à declaração do eurodeputado Francês no parlamento de Estrasburgo⁹ à notícia da investigação, haveria a obrigação profissional e moral de acompanhar o acontecimento.

⁸ São narrações de factos a que falta quer uma fonte quer uma verificação, mas que são muito ricas em pormenores. Tem como protagonistas preferidos as crianças. As lendas urbanas constituem, pelo menos na cultura americana que as identifica como tal, uma série muito numerosa de factos. Toda a lenda tende a subdividir-se em camadas cada vez menos prováveis de subfactos e rodeia-se de constelações de «factóides».

⁹ Schwartzberg, Roger-Gérard, político francês, desempenhou cargos de Secretário de Estado do Ministério da Educação Nacional, Secretário de Estado das Universidades. Deputado no Parlamento Europeu de 1979 a 1983. Deputado desde 1986, assumindo a presidência do Groupe Radical, Citoyen et Vert.

Observamos que, prática similar sucede em Cabo Verde, nas coberturas dispensadas às várias questões polémicas, entre os quais, a controvérsia em torno da “Gestão do Fundo do Ambiente”. Na linha do que Furio Colombo viu em Itália, os media “crioulos” atribuem amplo destaque aos depoimentos dos atores políticos, em diferentes momentos, dando voz às partes desavindas. No que tange, à polémica à volta da “Gestão do Fundo do Ambiente” achamos que a imprensa não deu sequência, necessária, ao caso de modo a deslindar os reais contornos, do escândalo político.

Com base nesta atitude superficial, Colombo responsabiliza o jornalismo pelas lendas urbanas, na medida em que favorece a sua difusão e não há seguimento por forma a esclarecer a opinião pública. Cremos que leitura idêntica se pode fazer em relação a alguns temas que são usados, frequentemente, como arma de arremesso político, em Cabo Verde. Quanto a nós, o extrato precedente, evidência ainda o importante papel que o jornalismo preenche, no que diz respeito à formação e informação da consciência social. Ideia legitimada por Tito Gonçalves in (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013; p. 188) que evoca o dever dos meios de comunicação em informar com sentido de serviço público. “Não podem prescindir-se da sua nobre função que é formar, enquanto socializador, elaborando programas com metas e princípios valorativos, principalmente para crianças e adolescentes”.

Tomando esta reflexão como ponto de partida, nesta auto-estrada de averiguação, atestamos que muitos assuntos de interesse nacional são ou foram transformados, em objeto de debate político-partidário, justamente, pela ausência de um jornalismo arguto que investiga e segue os acontecimentos até o seu desfecho. As polémicas em torno da Gestão do Fundo do Ambiente e a recente medida de resolução aplicada ao Novo Banco (2017), bem como a reestruturação da TACV espelham perfeitamente a fragilidade dos media cabo-verdianos, no esclarecimento pleno da opinião pública, sobre os factos que dizem respeito à vida do país. Esses temas são apresentados de forma destorcida, a gosto de cada ator político. E, julgamos que a imprensa não tem conseguido promover debates com leituras profundas e desapaixonadas, de modo a elucidar a opinião pública.

“A circulação livre e, pelo contrário, acreditada de semelhantes matérias demonstra a fraqueza das averiguações jornalísticas, a falta de autoridade e credibilidade dos repórteres, a pouca vontade dos jornais e das televisões em esclarecer...” (Furio Colombo; 1998; p.199). O pesquisador italiano acrescenta, ainda, a preferência pela parte impressionista das histórias, no que se refere à averiguação, o parco interesse pelas fontes, a disponibilidade para juntar as peças e os fragmentos das narrações populares até as transformar em histórias, com uma dignidade jornalística que não deveriam ter. Numa alusão ao mercado televisivo em Portugal, Nuno Goulart Brandão (2002) defende uma informação com maior profundidade e que contextualize as notícias “...hoje urge um jornalismo televisivo mais virado para o interesse público, que não se limite a olhar para a superfície, mas, pelo contrário, que aprofunde os problemas e identifique as causas” (Nuno Brandão; 2002; p. 81). Advertência parecida seria necessária e desejável, no sentido de aprimorar a prática jornalística do nosso arquipélago.

A manutenção do *status quo* favorece a disseminação e o enraizar na sociedade destas histórias distorcidas. Neste quesito, Furio Colombo (1998) assinalou que a força da lenda urbana na cultura popular e, por vezes não oficial, resulta do fracasso do jornalismo “... é a medida do fracasso do jornalismo na sua versão mais moderna: averiguar, verificar, reconstruir, desmentir, tranquilizar, impedir a névoa perigosa da superstição” (Colombo; 1998; p. 200). A sociedade onde flui uma informação de qualidade, provavelmente, estará mais habilitada em tomar decisões conscientes e acertadas. “Do mesmo modo que a livre circulação de mercadorias é a condição do justo preço, também a livre circulação de informação determina uma política justa” (José Augusto Alves; 2005; p. 102). O autor indica que a liberdade de imprensa é o fundamento de todas as outras. É nosso entendimento de que o acompanhamento do evoluir da notícia requer liberdades de imprensa e de expressão, bem como, uma forte cultura democrática que facilite a prestação de conta por parte dos servidores públicos a todo o momento.

Perante as aludidas limitações, no campo jornalístico, o cidadão comum fica vulnerável às narrativas infundadas. E os atores políticos ou pessoas com interesse na matéria aproveitam da ignorância e usa a discussão a seu bel-prazer. Furio Colombo (1998)

tinha notado essa mazela no jornalismo italiano. “Uma razão é que os acontecimentos quotidianos da política italiana raramente se desenvolvem com base em documentos e contra-documentos, projetos e contra-projectos” (Furio Colombo; 1998; p. 226). Reparámos que circunstância análoga sucede, no dia-a-dia da política cabo-verdiana, com debates políticos a girar em torno de denúncias, depoimentos, reações, contra reações e réplicas, bastas vezes, sem qualquer fundamentação verificável. Por vezes, até os dados oficiais são postos em causa. Nuno Goulart Brandão (2002) acrescenta ainda que hoje, torna-se necessário avaliar a forma como as notícias são mediatizadas ao cidadão, para que este possa formar a sua opinião sobre um determinado assunto. “...para lá da sua visibilidade mediática e assente sobretudo numa lógica de «interesse público», para os diferentes grupos que compõem a vida social” (Nuno Brandão; 2002; p. 166). O extrato precedente robustece a nossa convicção de que, um cidadão informado está blindado a jogos político-partidário, situação que acresce a responsabilidade dos profissionais de comunicação social. “A imprensa devia funcionar como guardiã da democracia e defensora do interesse público” (Serrano, 2005; p. 84). Uma das condições para que tal prática se verifique é o acompanhamento dos assuntos noticiados, no sentido de esclarecer o conteúdo, ou seja passa por uma informação esclarecedora.

Se lançarmos um olhar retrospectivo, para os mais de quarenta anos (42 anos) da história do país independente, iremos descortinar incalculáveis acontecimentos ou pseudoacontecimentos envolvendo servidores públicos (na maioria das vezes) que entram na agenda mediática e acabaram por sair de forma prematura, sem que sejam devidamente esclarecidas. A título de exemplo propomos elencar alguns que consideramos mais mediático: a lei da reforma agrária e os episódios na ilha de Santo Antão em 1981 (levou a morte de uma pessoa); **assassinato** do eminente músico e político - **Renato Cardoso** em Setembro de 1989; o processo de **privatização da empresa** cabo-verdiana de combustível (**ENACOL**) em que se **suspeita de desvio de dois milhões de dólares** em finais dos anos 90; antigo **presidente da Câmara Municipal de São Vicente**, Onésimo Silveira, **acusou três ministros de ligações ao narcotráfico**, meados dos anos noventa; acusações de que **partidos políticos**, em Cabo Verde, estariam a ser **financiados com dinheiro do narcotráfico** (José Maria Neves – na altura candidato a sua própria sucessão ao cargo de 1º ministro, em 2006, fez esta

denúncia no dia das eleições legislativas. Felisberto Vieira num comício popular para as autárquicas de 2008, deixou entender que a oposição estaria a ser financiada pelo narcotráfico); as recorrentes **denúncias** nos períodos eleitorais sobre alegados casos de **compra de votos e de consciência**; o caso “**Lancha Voadora**”- a maior apreensão de drogas em Cabo Verde (1500 quilos de cocaína, envolvendo 15 arguidos e um conjunto de bens confiscados), a repetição da votação em duas mesas nas eleições autárquicas em Santa Catarina na ilha de Santiago em 2012 e toda a polémica instalada depois; o mistério sobre o **desaparecimento do navio Rotterdam** 2013; A erupção vulcânica e o anunciado programa de reconstrução da ilha do Fogo 2014; **eliminação** na secretaria **da seleção de Futebol A**, no play-off para o **mundial 2014**, (FIFA pune Cabo Verde com a perda dos três pontos, colocando a equipa fora do Mundial do Brasil. O motivo seria uso do defesa central Fernando Varela, que não cumpriu os quatro jogos de castigo); discussão e aprovação do **Estatuto dos titulares de Cargos políticos** na Assembleia Nacional e a manifestação que motivou o veto presidencial - 2014; **Polémica em torno da gestão do Fundo do Ambiente**, em 2015, este último objeto da nossa investigação; a inédita medida de resolução aplicada ao Novo Banco, 2017. Estes são alguns dos exemplos que trouxemos à reflexão, neste trabalho, ciente de que há mais casos, que bem poderiam ser enquadrados neste rol de preocupações, em que, a nosso ver, o papel da imprensa ficou a quem do exigido.

Em sentido inverso, temos as realidades mediáticas: portuguesa e brasileira. Em relação à primeira recordamos os casos: “**Operação Marquês**” e o **caso face oculta**. No que diz respeito ao Brasil destacamos a operação “**lava Jato**”. Nessas duas realidades, a nosso ver, a imprensa empreendeu uma verdadeira investigação alimentando os serviços informativos, quase diários, com factos novos, estando em muitas ocasiões à frente das investigações judiciais, embora seja provável que os jornalistas poderão ter contado com apoios nos meios ligados à acusação. Essa sagacidade dos jornalistas permitiu a manutenção da matéria em agenda durante anos, de certa forma, o público esteve informado sobre o avanço do processo.

Furio Colombo (1998; p. 75) notou que dezenas de histórias a todo o momento ficam incompletas. A respeito, o investigador italiano fez uma classificação tripartida das histórias incompletas: as truncadas, cíclicas e as notícias suspensas.

Histórias truncadas ou abandonadas para sempre, depois de se terem iniciado com grande eco nas páginas dos jornais e nos ecrãs da televisão. Em Cabo Verde podemos apontar vários exemplos de assuntos que tiveram esse desfecho. Ex: **Assassinato de Renato Cardoso** em Setembro de 1989, uma figura cultural e política proeminente na altura; o caso **Zé Catana**, o primeiro alegado serial killer do arquipélago (homem que terá matado, esquartejado as suas vítimas e vendido a carne em vários pontos do arquipélago) depois de ter sido julgado e condenado a pena máxima, na altura 25 anos de prisão (2014), a imprensa cabo-verdiana não se lembrou mais do assunto; o mesmo destino teve o desaparecimento do navio **Rotterdam** 2013 e, antes, em 2012, nas autárquicas no município de Santa Catarina na ilha de Santiago, deu-se o caso inédito na democracia cabo-verdiana em que se decidiu pela repetição da votação em duas mesas por alegadas irregularidades. A imprensa não conseguiu saber se as pessoas implicadas foram ou não responsabilizadas.

Histórias cíclicas, ou seja, aquelas que regressam em intervalos mais ou menos regular, quase intactas, e narradas de novo, como se não existissem os «passados» anteriores. Ex: escassez de água em algumas localidades; isolamento de certas zonas que são motivos de preocupação e promessas nos períodos eleitorais; anúncios de obras e de projetos públicos. As acusações recorrentes de **compras de voto e de consciência por ocasião das campanhas eleitorais**; as operações contra a droga ou mesmo a sua apreensão.

As notícias suspensas que não têm sequência durante um certo período, muito embora nem sempre se anteveja o que justificou a suspensão do interesse, e que, mais tarde ou mais cedo, voltarão e continuarão. Ex: a **Polémica em torno da gestão do Fundo do Ambiente**, em 2015. O diploma sobre os titulares de cargos político.

As matérias aludidas foram tratadas na imprensa cabo-verdiana, todavia, os jornalistas não conseguiram dar seguimento, com pesquisas para clarificar os factos, evitando interpretações dúbias. Furio Colombo (1998) constatou que na Itália, a vida política é um rio de dito e não dito, de afirmado e desmentido, de insultos e de pazes feitas, misturadas com promessas perigosas, ameaças e desconfianças perigosas que perdem

logo a cor do conteúdo para se tornarem numa rixa entre pessoas de blocos diferentes ou no seio do próprio partido. Em Cabo Verde, teatro semelhante tem acontecido, ciclicamente, usando a imprensa como palco privilegiado, os jornalistas quase como marioneta e o público como assistente passivo por desconhecimento do enredo, correndo sérios riscos de fazer interpretações enviesadas consoante os interlocutores. Se houvesse um trabalho sustentado em torno do evoluir dos acontecimentos noticiados, provavelmente, os tais conteúdos que são usados na luta política, não teriam lugar. Hoagland cit in Furio Colombo (1998; p. 74 e 75) coloca a questão ao nível do destino da informação que, segundo diz, inverte a perspectiva. A má informação ou as histórias que começam e não acabam, no dizer de Hoagland, é consequência de um comportamento intelectual e político em que ninguém tem a vontade para exigir o fim de uma história e saber como vai acabar. Hoagland toma como exemplo a cobertura da guerra do Vietname, a que o jornalismo americano tinha dedicado dez anos de reportagens meticulosa, e que foi abandonada abruptamente. O investigador responsabiliza o público que está formatado pela agenda efémera da televisão e que, por isso, não insiste em conhecer o fim da história o que na ótica de Hoagland, fortalece a fraqueza do jornalismo que não se consegue manter fiel à sua função basilar: informar do princípio ao fim.

Em oposição, Manuel Piedrahita (1993) constatou aquilo que classifica de fascinante nascimento, desenvolvimento e morte da notícia na redação do jornal londrino Evening Standard. Tabloide preocupado em manter diariamente uma grande qualidade jornalística, em todas as suas informações. “Um jornal que consegue transmitir a sua vivacidade informativa ao leitor tem a existência garantida” (Manuel Piedrahita; 1993; p. 42). Julgamos que uma das vias para se alcançar tal vivacidade é através do acompanhamento detalhado dos assuntos abordados, em particular os temas quentes. A ausência de continuidade noticiosa, talvez possa explicar, em parte, o desinteresse pela leitura e compra de jornais, em Cabo Verde. Situação que, para muitos, tem posto em causa, a sustentabilidade de muitos órgãos de comunicação social privada. É o caso do encerramento do semanário Asemana, com quase trinta anos de vida (1991 até 2017). No nosso arquipélago, a imprensa tem enfrentado dificuldades financeiras para se manter. Talvez fosse uma opção começar a adotar um jornalismo que vá ao encontro das expetativas dos cidadãos que consomem a informação. Para reforçar a nossa tese

apoiamo-nos no exemplo da notícia de um incêndio, cujo vespertino, *Evening Standard*, seguiu com informações atualizadas, ao longo do dia. O sucesso da rádio TSF, em Portugal, se deveu a esse seguimento e acompanhamento dos acontecimentos de forma completa. Foram os casos do incêndio no Chiado e do buzirão na Ponte 25 de Abril (Cf: TSF, 2008) entre outras matérias, em que aquela rádio privada portuguesa, com a dedicação dos seus profissionais, conseguiu cativar a opinião pública graças a um trabalho abnegado.

Entretanto, Luís Sobral e Pedro Magalhães (1999; p. 52) apuraram que a velocidade a que tudo se processa exige mais do jornalista e que por outro lado, a notícia, género básico do jornalismo, tem hoje um tempo de vida limitado. “Os acontecimentos conhecidos sucedem-se, o que é novo de manhã acaba desinteressante à noite” (Sobral e Magalhães; 1999; p. 52). Essa demanda ou abundância de acontecimentos poderá dilucidar em parte a descontinuidade noticiosa, que se verifica no campo mediático cabo-verdiano. Por esta razão, inúmeros assuntos noticiados cai da agenda, sem a devida aclaração. Em 1965 os noruegueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (Sousa, 2002, p:179), tinham definido a continuidade como um dos doze critérios de noticiabilidade que a nível mundial coincidem na maior parte das redações dos órgãos de comunicação social. No entendimento de Galtung e Ruge (ibidem), a notícia quando é publicada pela primeira vez ganha uma certa inércia visto que as pessoas já têm ideias claras acerca da mesma e querem acompanhá-la. Exemplo: os casos de assassinatos ou indícios de corrupção quando são desencadeados o leitor fica aficionado à espera dos próximos episódios, todavia, o surgimento de um outro evento ou acontecimento relevante faz com que os holofotes da imprensa se alterem. Trata-se de uma realidade que se verifica cada vez mais frequente, a nível planetária. Por exemplo, a visita do Papa Francisco a Portugal (12 e 13 de maio de 2017) na ótica de alguns comentadores/especialistas de comunicação foi ofuscada pela conquista do tetra campeonato pelo Sport Lisboa e Benfica (o feito foi alcançado no dia 13 de Maio 2017, com a vitória sobre o V. Guimarães), para muitos os meios de comunicação social centraram suas atenções no jogo de futebol e nos festejos. Notámos que esta prática, também, tem contribuído para a descontinuidade.

Isis Cleide Fernandes, ao analisar o tema **Violência de Género Contra as Mulheres Uma Década de (Des) Representação na Mídia Impressa Cabo-verdiana**, (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013; pág. 259) constatou que ao longo do período estudado (2000 a 2010), os três jornais impressos de Cabo Verde (A Semana, Expresso das ilhas e A Nação) deram pouca atenção ao tema, com informações superficiais e sem contextualização. A autora reparou ainda que ao longo do período estudado, foram poucas as matérias que tiveram continuidade nas edições seguintes. “Dos 134 textos analisados, apenas 16 relatos de casos foram retomados em outras edições, sendo 4 deles em A Nação, 3 no Expresso das Ilhas e 9 no A Semana” (Silvino Évora & Alfredo Pereira; 2013; p. 259). A pesquisadora concluiu que nessa continuidade se percebe uma tentativa de conferir maior destaque a alguns acontecimentos sobre a matéria, esta retomada, no dizer da Isis Cleide Fernandes, ocorreu por conta de algumas características em si como o trágico e o emotivo.

A investigadora (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013; p. 260) verificou que o conteúdo dos textos de continuidade faz apenas relatos sobre o desfecho judicial da ocorrência, ignorando a exploração de outras dimensões de análise que o tema permitiria. A autora apurou ainda que não se registou nenhuma estratégia dos vários segmentos da sociedade, para a introdução do tema violência de género contra as mulheres na pauta dos jornais de Cabo Verde. O que sustenta a nossa percepção, no que concerne à ausência ou a fragilidade no seguimento dos vários assuntos tratados.

Essa descontinuidade contribui para a desinformação da sociedade e claro prejudica a qualidade da informação. O jornalista da Agência cabo-verdiana de notícias – Inforpress, Luís Carvalho considera que a continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação “A sua ausência prejudica sobremaneira os leitores, os ouvintes ou os telespectadores” (ver anexo nº 8, entrevista ao jornalista, Luís Carvalho). A mesma posição é partilhada pelo jornalista e editor da Rádio de Cabo Verde, Emerson Pimentel, “Ela é fundamental para o esclarecimento da opinião pública e, sobretudo, para que o jornalismo possa contribuir significativamente para a qualidade da democracia e controlo social” (ver anexo nº 3, entrevista ao jornalista, Emerson Pimentel). Aquele editor da rádio pública conclui que a “continuidade permite ir além do imediatismo da

notícia e chegar às diversas perspectivas que, normalmente, não têm espaço no fervor da notícia”. Essa preponderância na qualidade da informação é partilhada pelo também jornalista do semanário Expresso das ilhas, Adilson Pereira, que segundo diz a continuidade contribui tanto para a qualidade da informação quanto para o esclarecimento da opinião pública. “Sempre que um assunto é interrompido a nível da sua veiculação na comunicação social dificulta a sua total compreensão. Deste modo, a opinião pública fica menos esclarecida, perigando, em última análise, a transparência do sistema democrático” (ver anexo nº 3, entrevista ao jornalista, Adilson Pereira). Porém, ela ocorre, muitas vezes, alheios à vontade dos jornalistas, ou seja, há muitas situações que embargam o acesso à informação, questão que contamos detalhar nos pontos subsequentes.

Apesar da paisagem descrita, cremos que são precisas sagacidade e inconformismo no jornalismo cabo-verdiano, para que os media possam prestar um serviço de maior valia. Para que tal aconteça julgamos ser imprescindível o seguimento das notícias, principalmente, os temas mais questionáveis por forma a evitar que tais assuntos fiquem em suspenso e que a classe política os utilize.

2.1- Obstáculos à continuidade noticiosa

O acompanhamento do desenrolar da notícia é um dos aspetos centrais no processo de formação, informação e esclarecimento da opinião pública. A ausência de continuidade provoca especulação e conseqüente desinformação. Ideia, de certa forma, corroborada por José Augusto Alves. “À missão informativa e formativa da imprensa, como instrumento pedagógico, acresce a sua incumbência como elemento fator de um novo conceito de ordem, de uma nova ordem constitucional” (José Augusto Alves; 2005; p. 105). Indo mais longe, Gil Baptista Ferreira (2011) lembra que à imprensa são reservadas as funções de proporcionar um fórum para a discussão de ideias e dar voz à opinião pública para agir como vigilante. A observância, plena, destas incumbências se materialize por via de um trabalho aturado, em torno da monitorização de assuntos de interesse público. Só assim, o cidadão estará munido de informação, que lhe permita ajuizar, de forma objetiva, quando é chamado a se posicionar. “Estas expectativas

baseiam-se no pressuposto de que a democracia ideal equivale à democracia participativa, em que os cidadãos bem informados jogam um papel ativo em termos de decisão política” (Gil Baptista Ferreira; 2011; p. 81). E quanto a nós, não só na participação política, como em outras áreas da vida social e económica. Uma pessoa informada corre menos risco de tomar decisões equivocadas e estará mais precavida contra manipulações.

Julgamos que é tarefa do jornalismo promover uma informação de qualidade. “Sem o princípio da publicidade crítica, a mais completa possível, seria ridículo falar de liberalismo e da afirmação do ideário liberal” (José Augusto Alves; 2005; p. 94). O princípio da publicidade e consequente transparência são fundamentos indissociáveis entre a democracia e o jornalismo. Para que haja continuidade de uma notícia é indispensável a cultura da transparência das ações em detrimento do segredo. A imprensa é o sítio privilegiado para a discussão de ideias e o acompanhamento dos assuntos noticiados até ao seu desfecho. Porém, não é difícil reconhecer que a sua efetivação depende de um conjunto de fatores, por vezes, interligados. Nesta empreitada propomo-nos averiguar as principais causas que condicionam esse acompanhamento.

A proatividade e a especialização dos jornalistas, sensibilidade dos gestores mediáticos, e o acesso às fontes de informação estão entre os fatores determinantes para que haja ou não continuidade.

Neste particular, cremos que as fontes de informação desempenham um papel cimeiro no que tange ao sucesso ou insucesso da manutenção de um assunto em pauta. Ideia incrementada pelos investigadores Florence Aubenas e Miguel Benasayag, que pegaram no caso do sangue contaminado em França, onde vários jornais tiveram a tentação de dedicar grandes espaços aos hemofílicos¹⁰. “Mas, para falar cruamente, estes doentes são poucos mediáticos. Não foi possível transformar em espetáculo o drama dos hemofílicos, sujeitos a tratamento ao longo de anos, habituados a um certo isolamento, a

¹⁰ População que foi a principal vítima do escândalo, do sangue contaminado com vírus da Sida, nos anos 80. Quatro mil pessoas foram contaminadas, 1.300 delas hemofílicas. O escândalo assumiu enormes proporções políticas e mediáticas. O caso foi encerrado pela justiça francesa, em Maio de 2002.

viver o dia-a-dia” (Aubenas e Benasayag; 2002; P. 28). Os autores observaram ainda que o caso do sangue contaminado ficou no arquivo, devido a exiguidade do espaço que às vítimas foi atribuído nos media, talvez pela dificuldade em chegar a essas pessoas. Quadro igual tem-se repetido em várias ocasiões, no meio que nos circunda. O escândalo político em torno da gestão do fundo do ambiente é um bom exemplo disso.

É nossa convicção de que, a credibilidade e o êxito de qualquer matéria noticiada dependem grandemente do acesso ou não às fontes de informação. Neste particular, podemos aferir que muitas matérias de interesse público têm tido pouca expressão mediática e alguns passam ao lado do olhar da comunicação social, em decorrência dos embaraços no acesso às fontes. Julgamos que a polémica em torno da gestão do Fundo do Ambiente, em Cabo Verde, talvez, pudesse ter tido um desfecho diferente caso houvesse mais abertura por parte das fontes ligadas ao processo. Em vez disso, assistimos a um jogo de palavras entre os atores políticos, o caso, em vez de ter sido analisado do ponto de vista dos factos, foi encarado como uma jogada política em que a comunicação social serviu de amplificador do discurso político. Matéria que procuraremos aprofundar no ponto seguinte.

A proatividade dos jornalistas afigura-se como um dos aspetos importantes, para que uma determinada matéria entre na agenda mediática e tenha o devido seguimento. Neste campo, João Paulo Meneses (2003) reconhece a necessidade de o jornalista ser insistente e evitar ideias preconcebidas. O mesmo constata que por vezes ouve-se nas redações afirmações como não vale a pena ligar ele não fala. A esta frase, segundo o autor, deve contrapor-se com uma outra “...se não ligarmos é que não fala. A todos nós já aconteceu ser surpreendido com as respostas de alguém que julgávamos que não ia falar” (João Paulo Menezes; 2003; p. 187). O que comprova que a perspicácia e a proatividade podem ser determinantes para que haja continuidade dos assuntos noticiados.

A falta de jornalistas especializados dificulta um tratamento profundo e esclarecedor do assunto. A respeito do objeto do nosso estudo, entendemos que se houvesse profissionais especializados nas áreas de Economia, Ambiente ou outras áreas como a

política talvez seria possível desvendar o imbróglgio em torno da gestão do fundo do ambiente e que poderia esclarecer melhor a opinião pública.

Jeremias Furtado, jornalista do jornal A Nação justifica a descontinuidade com a carência de jornalistas especializados” “...o que faz com que o jornalista esteja a trabalhar em várias editorias, fazendo com que as notícias mais atuais roubem o protagonismo das avançadas anteriormente”. (ver anexo 5; entrevista ao jornalista, Jeremias Furtado). Por seu turno o jornalista da rádio pública, Emerson Pimentel explica a falta de continuidade com a pequenez da redação e não só “...e pouca transparência do órgão quanto ao conceito do que seja notícia e que temas merecem continuidade. Além disso, há uma desmotivação em boa parte da equipa, que os impede de ir além do mínimo esperado” (ver anexo nº 3, entrevista ao jornalista, Emerson Pimentel). A posição é corroborada pela Maria de Jesus Barros, jornalista da Agência cabo-verdiana de notícias que aponta outras situações “Há também casos de desistência porque a fonte não colabora. Portanto eu acho que se houvesse mais recursos humanos aqui no órgão em que eu trabalho, haveria espaços, com certeza, para tratar as informações da melhor forma” (ver anexo nº 4, entrevista a jornalista, Maria de Jesus Barros). Jeffreson Gomes, jornalista e que já desempenhou cargos de direcção na rádio pública de Cabo Verde fundamenta a descontinuidade noticiosa com o facto dos órgãos de comunicação social estarem mais preocupados com os assuntos da atualidade. “Muitos são, sim, explorados até à exaustão porque estão na ordem do dia, enquanto outros vão passando o seu “prazo de validade”, e quando ultrapassam este “prazo”, dificilmente voltam aos holofotes...” (ver anexo nº 1, entrevista Jefferson Gomes). Segundo diz “...também, não temos tempo e nem recursos humanos para desperdiçar e por termos de acompanhar o que vai acontecendo”.

A falta de sensibilidade dos gestores mediáticos, aliada, ao fator económico, poderá condicionar a continuidade, na medida em que são eles que determinam as agendas. “A forma como as Organizações (de media) estão estruturadas influencia o seu conteúdo ao afetar a sua cultura ocupacional e ao determinar o seu nível de independência das grandes corporações, às quais muitas destas organizações agora fazem parte” (Shoemaker e Reese; 1996; p. 164-165). Em muitos órgãos de comunicação social, o jornalista tem pouca margem de sugerir temas a ser trabalhado, com o agravante da

proliferação de notícias e, no caso particular da realidade cabo-verdiana, onde a imprensa está muito atrelada à agenda oficial e com isso sobra pouco espaço para seguir uma matéria até ao seu desfecho. Por outro lado, há a questão da sustentabilidade dos Órgãos de comunicação social, devido a pequenez do mercado publicitário e da fraca venda de jornais no arquipélago. Para evitar conflito com os possíveis anunciantes os órgãos privados evitam, por vezes, fazer investigações de fundo sobre um determinado assunto. Essa posição é sustentada por Carlos Santos (c.f. 2017) que traz o exemplo do jornal **A Semana** que depois de ter publicado uma notícia negativa sobre a Transportadora Aérea cabo-verdiana – TACV, o presidente do Conselho de Administração daquela empresa retirou todas as publicidades daquele jornal. Situação que poderá fragilizar os projetos privados no campo dos media no país.

A pressão pelo tempo a que os jornalistas estão sujeitos no seu dia-a-dia e a demanda de notícias representa um outro empecilho à continuidade noticiosa. “Situações de incerteza, quer porque nem sempre reúnem os dados desejados quer porque necessitam de selecionar rapidamente acontecimentos e informações” (Sousa, 2000; p. 52.). Em relação aos jornalistas que laboram nos jornais semanários, julgamos que estarão menos pressionados pelo tempo, entretanto, não estão imunes à pressão dada a quantidade de matérias e a exiguidade do pessoal para fechar uma edição do jornal.

Em relação aos dispositivos legais, de um modo geral, não há grandes obstáculos como se pode comprovar através do artigo 63º da Constituição da república de Cabo Verde. E no pacote legislativo sobre a comunicação social, publicado no Boletim Oficial – BO I-Série, nº 31, de 16 de agosto de 2010.

Ter acesso às fontes de informação tem sido uma das principais barreiras apontadas pelos jornalistas, para que uma notícia tenha continuidade e se mantenha na agenda mediática até ao seu esclarecimento cabal.

2.2- Acesso às fontes de informação

As fontes de informação são ingredientes indispensáveis para a conceção da notícia e da rotina jornalística. E, acreditamos que existe uma ligação complementar e, por vezes, antagónica entre um e outro.

O objetivo das fontes é transmitir a informação que mais lhes convém, esperando que esta seja propagada conforme o enfoque pretendido, em contraposição, o jornalista procura obter informações que as fontes escondem ou tentam esconder. João Paulo Meneses (2003, p. 250) alerta que não há fontes desinteressadas. “E o seu interesse primário não é – regra geral – ajudar o jornalista ou servir o público”. Na mesma esteira, Nelson Traquina (2002) chama atenção para a ameaça de promiscuidade, que poderá resultar de um relacionamento entre fonte e jornalista, dada a missão distinta entre esses intervenientes do processo mediático “...ao depender de mais de suas fontes, o jornalista corre o risco de ficar orientado para elas, de forma a perder a autonomia na relação e passar a atuar em prol da fonte” (Traquina; 2002; p.110). Rogério Santos (1997; p. 34) alinha pelo mesmo diapasão, acentuando que as fontes institucionais apenas fornecem informações com aspetos positivos sobre as organizações que representam. As informações possivelmente comprometedoras, ou que revelariam aspetos negativos destas instituições, são mantidas em território privado. Rui Miguel Gomes (2009; p. 44) aferiu que “...é preocupação da fonte oficial, que o processo de cedência de informações seja positivo para os seus interesses, daí a necessidade de escolher adequadamente o meio e o jornalista mais benéficos para a sua estratégia”. O que vem cimentar, a nossa convicção, de que o exercício do jornalismo só se efetiva, na sua plenitude, com o acesso livre às várias fontes ou correntes de opinião por forma a verificar, sempre, os dados.

Apesar do propósito bifurcado na relação fonte e jornalismo, já aludido, o papel das fontes na construção da notícia é insubstituível, tal como reconhece os vários investigadores. “Mesmo quando se escreve sobre o que está à vista de todos, a explicação do que realmente sucede só surge através do contacto com as fontes” (Luís Sobral e Pedro Magalhães; 1999; p. 51). Os autores portugueses acrescentam que as

fontes credibilizam as notícias, quanto mais ela é diversificada e cruzada a informação aos olhos do público consumidor é tida como mais fiável.

O evoluir e mesmo o êxito de uma notícia, como já fora referido dependem da abertura ou não das fontes. Michael Schudson (2003; p. 134) diz que, “...as fontes são, no fundo, o verdadeiro segredo do poder da imprensa. Grande parte do seu poder não advém, por si só, das instituições noticiosas, mas das fontes que as alimentam com informações”. Luís Sobral e Pedro Magalhães acentuam o papel das fontes, no labor jornalístico. “O resultado do trabalho do jornalista depende em larga margem da capacidade de relacionar-se com as fontes. São elas quem lhe fornece a matéria sobre a qual escreve” (Sobral e Magalhães; 1999; p.52). Ciente desta relevância e do risco que o relacionamento entre esses dois atores da notícia possa acarretar no produto final, julgamos ser determinante o cultivo das fontes, no sentido de se ter informações privilegiadas. A confiança entre a fonte e o repórter pode facilitar a obtenção de informes e conseqüentemente auxilia os jornalistas a desbravar caminhos, dando acesso aos corredores e informações em primeira mão. Esse facto foi perceptível, em alguns momentos da investigação jornalística empreendida pelo jornal A Nação, nomeadamente em relação a matéria objeto do nosso estudo (Polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente) e timidamente em outras circunstâncias. Por exemplo, a publicação da lista dos maiores beneficiários do Fundo do Ambiente (facto que consolidou as denúncias da alegada má gestão em torno do fundo do Ambiente) e a divulgação da relação dos cinquenta maiores devedores do Novo Banco¹¹ (na edição nº: 428 e reiterada na edição seguinte), ambas as notícias dadas à estampa pelo referido semanário, em primeira mão. Façanha alcançada graças às fontes privilegiadas, que se consegue fruto de um aproximar baseado na confiança. “As fontes devem ser bem tratadas e cultivadas, ainda que isso não significa submissão. Alguma desconfiança sobre as suas motivações faz sentido” (João Paulo Meneses; 2003; p. 251). Por essa via, achamos que o jornalista deve primar por uma relação cordial e de confiança com as suas fontes, sem nunca ignorar os ditames legais e profissionais.

¹¹ - O Banco de Cabo Verde (BCV) anunciou, em março de 2017, a resolução e transferência para a Caixa Económica de Cabo Verde de parte da atividade do Novo Banco, instituição de capitais quase exclusivamente públicos, com cerca de 13.200 depositantes, 60 trabalhadores. A instituição bancária foi criada com vocação para a economia social e o microcrédito e segundo o regulador o banco foi encerrado por problema de liquidez.

No que se refere à realidade cabo-verdiana, Carlos Santos (2017) faz uma meditação, tomando como pano de fundo a reflexão do então deputado do Movimento para a Democracia - MPD, Abraão Vicente¹² sobre o relacionamento entre os jornalistas e os políticos. Aquele estadista constata que os jornalistas cabo-verdianos correm dos políticos, sob pena de serem conotados com os partidos. Distanciamento que, segundo Abraão Vicente não abona ao cultivo de boas fontes de informação. A propósito, Carlos Santos escuda-se no princípio contacto/ distância, lembrando que o jornalista não deve tecer relações de cumplicidade ou de amizade estreita com a fonte, ao ponto de beliscar a sua independência, rigor e imparcialidade. “Com isto não quero dizer que o jornalista não deva ser cordial no trato com o político. Não acredito por isso que este relacionamento distante tenha que ver com o medo ou a competição. Quiçá desconfiança” (Carlos Santos; 2017; p. 27). Rui Miguel Gomes (2009; p. 45) reconhece que o tempo de interconexão entre fontes e jornalistas aumenta a confiança, assim como a credibilidade. O autor acautela, no entanto, para o risco dessa aproximação, reiterando que a atividade da fonte raramente é desinteressada. João Paulo Meneses constata que o noticiário político é propício ao surgimento de notícias em primeira mão “...oferecidas pelas fontes de informação, em exclusivo, a um determinado órgão de comunicação social. Quanto custa um exclusivo? Que relação de dependência vai provocar?” (João Paulo Meneses; 2003; p. 259). Seguindo os conselhos de Paulo Menezes, pode-se dizer que os jornalistas cabo-verdianos têm adotado uma postura sensata ao se afastar dos políticos, como se queixa Abraão Vicente. Porém, o relacionamento entre fonte e jornalista, como ficou cristalino, é como uma faca de dois gumes. Parece-nos que a estratégia mais acertada é optar pelo meio-termo, com o jornalista a estar atento, evitando ser usado pela fonte da notícia, e o mais importante, é ter em mente os preceitos éticos e deontológicos, aliados ao bom senso. Isto não quer dizer que, o aproximar dos políticos seja maléfico por si só, até poderá ter efeitos positivos para o jornalismo, desde que sejam respeitados os princípios antes citados.

¹² Abraão Vicente é Ministro da Cultura e das Industrias Criativas e tutela da comunicação Social no governo da IX legislatura, desde 22 de abril de 2016.

Bastas vezes, assuntos sensíveis e com grande impacto junto da opinião pública acabam por cair da agenda mediática de forma prematura e outros nem sequer chegam ao conhecimento do público, por falta de fontes que possam colaborar com o jornalista no seu desvendar. A polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente, objeto da nossa pesquisa, é um exemplo paradigmático de histórias que não gozaram da devida continuidade. A carência de fontes que possam viabilizar investigações, de modo a confrontar o alegado emaranhar dos supostos ilícitos denunciados são apontados como uma das principais razões. Sem a abertura das fontes, fica difícil o trabalho do jornalista e dos órgãos de comunicação social em manter um dado tema em pauta, mormente, o assunto em pesquisa, de forma a esclarecer a opinião pública com factos. Entretanto, estas debilidades não constituem apanágio do jornalismo cabo-verdiano e tão pouco da matéria em averiguação. Os profissionais de imprensa em Cabo Verde queixam-se, da indisponibilidade recorrente das fontes oficiais, para desenvolver o seu trabalho, em momento oportuno. Julgamos que uma das estratégias para contornar tal obstáculo, poderá passar pelo cultivo das fontes de informação, em lugares estratégicos.

Abordando os constrangimentos no acesso às fontes, o jornalista, Carlos Santos (2010), no seu blogue Kriolradio (www.kriolradio.blogspot.com, consultado em julho 2017) expõe o direito dos jornalistas aceder às fontes de informação como consequência imprescindível do direito do público de ser informado. O bloguer perfilha o risco de jornalista cair na armadilha de ser porta-voz dos governos, devido aos entraves que na prática se verificam no acesso às fontes para contrapor as informações oficiais. Os governantes têm recorrido, com alguma frequência, ao uso de comunicados oficiais para desmentir, esclarecer ou até reagir a determinadas informações pouco abonatórias em vez de se disponibilizar para falar aos jornalistas. Para evitar que os jornalistas sejam porta-voz das entidades oficiais, Carlos Santos acha que é necessário que ao jornalista seja facultado o acesso as fontes, para comprovar os factos que pretende investigar. “...seria redutor limitar aos documentos administrativos o direito de acesso aos jornalistas às fontes de informação. Este direito concretiza-se igualmente através do direito de entrar e permanecer em segurança nos locais onde o exercício da atividade jornalística o exige” (Carlos Santos; 2010; sp). Realmente, os jornalistas cabo-verdianos deparam-se, na prática, com dificuldades em conseguir entrevistas, em casos embaraçosos. Todavia, quando são assuntos positivos nota-se uma postura diferente e

até uma certa pressão e assédio à imprensa, com conferências de imprensa, comunicados entre outras formas de se fazer ouvir junto da opinião pública. Apesar do respaldo legal, artg. 60 da Constituição da República de Cabo Verde, os jornalistas têm experimentado impedimentos, para ter informações oficiais nos hospitais, nas unidades policiais, tribunais, chefias de serviço e junto dos governantes de um modo geral. Nos momentos incómodos os servidores públicos não prestam conta à imprensa, escudando-se em vários subterfúgios. Perante o cenário descrito, os jornalistas têm duas saídas: especular ou deixar a informação morrer, tal como observa João Paulo Meneses (2003) “Sucedem-se as notícias com algum sinal especulativo, resultado da dificuldade em confirmar, por segunda ou terceira via, determinada informação” (João Meneses, 2003; p. 259). O mesmo autor identifica que os riscos são grandes “...tal como o dilema que se põe aos jornalistas: avançar, com o pouco que se sabe, ou aguardar por melhores informações?”. Podemos aferir que o jornalismo cabo-verdiano enfrenta esse dilema, o que, a nosso ver, impede o seguimento de muitas notícias, com interesse público, de resto, é uma das questões críticas do jornalismo destas ilhas. Quando o órgão resolve aventurar-se, apressando com as escassas informações de que dispõe correndo riscos de especulação e de ser desmentido, a imprensa é acusada de ser irresponsável por semear pânico e criar instabilidade social e até de pôr em risco a imagem bem como a idoneidade das instituições ou pessoas. Foi o que se verificou aquando do massacre de Monte Tchota¹³ em 2016. As autoridades recusaram-se a prestar qualquer esclarecimento à imprensa, quase durante toda a tarde. Perante tamanha aflição dos jornalistas diante da ausência de informação oficial, os meios de comunicação social começaram a especular sobre o móbil e a dimensão do crime, com dados desencontrados. Face ao volume de informação tornado público e o seu conteúdo, sobretudo nas redes sociais, o ministro da administração interna (Paulo Rocha) resolveu falar à imprensa, no final do dia. Situação idêntica sucedeu por ocasião da erupção vulcânica de 2014, na ilha do Fogo, com a imposição da “lei da rolha”, impedindo os jornalistas de entrar no teatro dos acontecimentos. Por outro lado, quando o jornalista e o meio para o qual trabalha agem de forma prudente, acautelando a pouca informação até que seja apurada a sua fiabilidade, são acusados de passividade e preguiça. Com o advento das redes sociais, a população cabo-verdiana tem-se revelado, a cada dia que

¹³Um soldado terá assassinado 11 pessoas (oito militares e três civis) no destacamento da 3ª região militar, na localidade de Rui Vaz, São Domingos, interior da ilha de Santiago. O crime terá ocorrido no dia 25 Abril de 2016.

passa, mais exigente no que se refere a qualidade e a agilidade da notícia. Sem que esses críticos tenham em conta a batalha travada para manter ou seguir determinadas matérias. Até porque, o código deontológico dos jornalistas cabo-verdianos no seu primeiro número consagra a independência dos jornalistas e consultas de diversas fontes de informação. Já o número cinco do mesmo documento encoraja o combate e a denúncia de atos ou tentativas de obstrução e restrição no acesso às fontes de informação. A quem não hesite entre acomodar, ignorando a matéria face a inobservância dos princípios legais que garanta o acesso às fontes, do que despender tempo e paciência interpondo processo judicial para fazer valer o direito de informar. De resto, talvez por ser prudente, o jornalismo cabo-verdiano, em particular nos media públicos, são acusados de apatia, por parte da sociedade.

Em oposição à realidade do nosso arquipélago, Furio Colombo (1998) constatou que o jornalista americano está habituado à certeza das fontes. Segundo o mesmo o ambiente de democracia criou um princípio de responsabilidade em relação ao único elemento soberano: a opinião pública. “As fontes não lhe serão negadas ou ocultadas porque constituem matéria-prima da vida democrática” (Furio Colombo; 1998; p. 46). Em Cabo Verde, apesar das garantias constitucionais resguardadas nos artigos 48º que regula a liberdade de expressão e de informação, complementada com o artigo 60º, que assegura a liberdade de imprensa em particular, notámos que as fontes oficiais não observam tal disposto, em vários momentos, mormente, o número oito do artigo 60º, que confere aos jornalistas o acesso às fontes de informação. Essa arduidade em ter a fonte deprime o labor jornalístico e enfraquece a própria democracia, uma vez que, a imprensa não consegue promover debates ou fazer reportagens que possam clarificar assuntos melindrosos. A jornalista da televisão Record Cabo Verde aponta a dificuldade no acesso às fontes como uma das principais dificuldades para o seguimento das notícias. “...que limita essa continuidade da informação. Neste caso mesmo querendo um jornalista dar seguimento ou continuidade às vezes essa disponibilidade das fontes atrapalha e o jornalista cabe a ele unicamente dizer que a fonte não está disponível” (ver anexo nº 7, entrevista a jornalista, Elisabeth Dias).

Ter acesso às fontes de informação em casos melindrosos tornou-se num grande labirinto em Cabo Verde. Há que ter muita paciência e insistência, apesar destas virtudes, notamos que o grau de sucesso ainda é diminuto. Outra observação é que o compasso de espera das autoridades não se compadece com o imediatismo da imprensa e com o desejo insaciável e instantâneo da sociedade em obter informações.

3- Jornalismo investigativo

Essa vertente jornalística é um dos escudos, senão o pilar da transparência, o sustentáculo da democracia e contrapeso do poder. Hoje, mais do que nunca, achamos ser indispensável um jornalismo pujante, cooperante para fazer face aos poderes que, à escala planetária, procuram a todo custo sufocar e atrofiar as coberturas de profundidade, que não se contentam com informações oferecidas sem se verificar a sua procedência. O jornalismo investigativo, a nosso ver, exige também engenho, domínio da matéria a ser examinada, ousadia e comprometimento da parte do profissional de imprensa, sem descurar o cultivo de fontes privilegiadas. Luís Sobral e Pedro Magalhães (1999; p.52) atestaram que “o resultado do trabalho do jornalista depende em larga margem da capacidade de relacionar-se com as fontes”. Aditando que mesmo quando tenha presenciado os acontecimentos sobre os quais trabalha, o jornalista não as dispensam. Parece-nos que essa relevância aumenta, quando se trata do jornalismo investigativo, que deve estar na vanguarda da verificação de situações encobertas, para trazer ao conhecimento público. Ingredientes que, a nosso ver, abrem horizontes à observância da ingrata, mas necessária empreitada.

Para o diretor-geral adjunto para Comunicação e Informação da UNESCO, Jânis Kärkins (UNESCO; 2013; S.p), o jornalismo investigativo implica trazer à luz questões que permaneciam ocultas, seja deliberadamente por uma pessoa em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias – e a análise e apresentação de todos os seus fatos relevantes ao público. Sobre o tema,

Margaret Looney (2013) cita o veterano jornalista investigativo, David Kaplan¹⁴, que define jornalismo investigativo como uma abordagem sistemática para um palpito, exigindo pesquisa e reportagem original, em profundidade. Looney acrescenta que o jornalismo investigativo segue o método científico de formar e testar uma hipótese, juntamente com uma rigorosa verificação de facto, descobrindo segredos, com o foco na justiça social e prestação de contas, uso pesado de registros públicos e, geralmente, dados. Entretanto, Furio Colombo (1998) adverte para a necessidade de o jornalista partir para a investigação, sem uma ideia preconcebida, sob pena de, no final da etapa, vir a provar certas opiniões ou teses, deixando de lado os factos. Kaplan (UNESCO, 2013) citou Gordana Jankovic das Open Society Foundations que resumiu a prática nos seguintes termos: “Precisa de repórteres que podem encontrar as conexões e correlações entre os eventos. Precisa dos recursos para encontrar e expor o que está escondido de propósito”. Já, Patrícia Alves (2012) advoga que o jornalismo investigativo se distingue dos demais géneros por divulgar informações sobre condutas que afetam o interesse público. “As denúncias resultam desse trabalho. O objetivo final da investigação jornalística é informar o público das irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais” (Patrícia Alves; 2012; sp). Mark Lee Hunter e Nils Hanson (UNESCO, 2013; p. 8) num paralelismo entre o jornalismo investigativo e a cobertura habitual consideraram que o jornalismo investigativo envolve expor ao público questões que estão ocultas. No dizer dos investigadores, ela requer o uso tanto de fontes e documentos secretos, quanto dos divulgados. Em oposição, verificamos que a cobertura convencional de notícias depende amplamente de materiais fornecidos pelos outros.

Ainda, Mark Lee Hunter e Nils Hanson registaram que, mais do que criar uma imagem objetiva do mundo, a cobertura investigativa utiliza materiais objetivamente verdadeiros visando a meta subjetiva de reformar o mundo. Ela é uma responsabilidade, para que a verdade seja aprendida de modo que o mundo possa mudar (UNESCO, 2013; p.8). Os investigadores acrescentam que são histórias que adicionam valor para o público e podem mudar as suas vidas. No fundo, é o fortalecimento da consciência social com o fito de capacitá-la para intervir na sociedade.

¹⁴ Diretor da Rede Global de Jornalismo Investigativo e autor de *Global Investigative Journalism: Strategies for Support*, um relatório que apresenta uma lista de 106 organizações sem fins lucrativos de jornalismo investigativo em todo o mundo, um guia de boas práticas de sustentabilidade e dados úteis de pesquisa que examinam o financiamento e estrutura destas organizações.

Margaret Looney (2013) apurou que a indústria dos media não tem dado a devida importância ao jornalismo investigativo. “A CNN desfazendo-se da sua unidade de investigação ao mesmo tempo que inclui hologramas de repórter na programação é apenas o exemplo mais recente de como a mídia, muitas vezes, não valoriza o jornalismo investigativo” (Margaret Looney; 2013; sp). Ao escrever o prefácio do livro intitulado “**Investigação a partir de histórias**” (UNESCO; 2013), YOSRI FOUDA¹⁵ explica na primeira pessoa as dificuldades que teve de enfrentar, em 1996, para convencer a administração sobre a ideia de realizar uma investigação. “...levei uma ideia bastante estranha à administração: que me fosse permitido desaparecer por dois meses de uma só vez, em troca de uma peça investigativa bimestral de 45 minutos” (UNESCO; 2013; p. 6). O jornalista recorda que a regra na TV árabe, na altura, só permitia que o repórter desaparecesse por 45 minutos, contanto que promettesse retornar com resultados apressados equivalentes a dois meses. Em virtude da regra vigente, num primeiro momento, a administração recebeu a proposta com um misto de ceticismo e sobressalto. O proponente lembra que meses depois, o diretor decidiu oferecer a oportunidade de produzir uma reportagem-piloto. Com um orçamento próximo de zero, o jornalista gaba-se de ter conseguido concretizar o trabalho, que ajudou a catapultar e a notabilizar o canal Al Jazeera. YOSRI FOUDA, no mesmo prefácio constata que geralmente os responsáveis dos media elogiam uma cobertura de profundidade, mas constata que o mesmo entusiasmo não é traduzido na prática. Provavelmente por ser uma navegação vagarosa, dispendiosa e com resultado incerto, o que não se compagina com a atual exigência imediatista e mercantilista do campo mediático. Fernando Correia (2006) já tinha observado que a procura da informação é cada vez mais substituída por ofertas de fontes sofisticadas (assessorias, empresas de marketing...), exteriores ao campo jornalístico, alheias às suas especificidades cívicas e deontológicas, portanto com cada vez mais interferência na produção jornalística. Essas fontes com ramificação aos diversos poderes, na perspectiva do autor, condiciona a capacidade de autonomia do jornalista. “Motivos económicos e ideológicos levam a que o jornalista de investigação seja cada vez mais substituído pelo comentador convidado” (Fernando Correia; 2006; p. 117). O que nos leva a concluir que essas

¹⁵ Correspondente investigativo chefe da AL JAZEERA

interferências, ditadas por interesses económicos, talvez aliadas às questões de ordem laboral, poderão impor o arrefecimento, se não a morte do jornalismo investigativo, nos tempos vindouros. Realidade, que, caso se concretize, seria um rude golpe para o vigor jornalístico e, naturalmente, para a consolidação da democracia em todas as suas vertentes.

Em Cabo Verde, a realidade do jornalismo de investigação ainda é residual, com a exceção de algumas aventuras, que, a par do que acontece com o processo de continuidade noticiosa, inúmeros fatores interferem no seu fortalecimento. Essa posição é partilhada por todos os nossos entrevistados. “Se existe, é muito pouco e superficial” diz Luís Carvalho, (ver anexo nº 8, entrevista ao jornalista, Luís Carvalho). Jefferson Gomes (ver anexo nº1, entrevista ao jornalista, Jefferson Gomes) também partilha desta preocupação “...Se formos analisar pela profundidade, diria que o Jornal Artilheira é o que apresenta trabalhos de investigação mais aprofundados, de resto pauta-se pela superficialidade dos assuntos quotidianos”. Já Paula Cavaco, jornalista da Agência cabo-verdiana de notícias é categórica “Muito fraco” (ver anexo nº 6, entrevista a jornalista, Paula Cavaco). Emerson Pimentel classifica o jornalismo investigativo em Cabo Verde como “É incipiente e pouco criativo” (ver anexo nº 3, entrevista ao Emerson Pimentel). Elisabeth Dias, jornalista da Record Cabo Verde vai mais longe classificando o jornalismo exercido no arquipélago como um jornalismo «sentado» segundo a jornalista e chefe de informação daquela televisão privada “o jornalismo investigativo no país anda muito aquém das expectativas, pois o difícil acesso às fontes dificulta o desenvolvimento e o sucesso deste tipo de jornalismo...” (ver anexo nº 6, entrevista a jornalista, Elisabeth Dias). A mesma nota que há pouca vontade e interesses dos jornalistas cabo-verdianos a enveredar por esse caminho.

Referindo sobre a matéria, a presidente da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), Carla Lima, numa entrevista à Agência Cabo-verdiana de Notícias – Inforpress – publicada no sapo notícias, (notícias.sapo.cv/info; 17/02/2016) reconhece a fragilidade do jornalismo de investigação nas nossas ilhas. “O jornalismo de investigação em Cabo Verde tem-se destacado como o calcanhar de *Aquiles* da comunicação social do país que pouco tem investigado para melhorar a qualidade do

trabalho jornalístico...”. Aquela jornalista da rádio pública e representante do sindicato da classe acredita que é possível ir mais longe e melhorar a vertente de investigação jornalística. Carla Lima falava à margem de uma ação de formação sobre o Jornalismo de Investigação financiada pela Embaixada dos Estados Unidos da América, na Cidade da Praia. A propósito o embaixador dos EUA em Cabo Verde, Donald Heflin (sapo.cv; 17/02/2016) encara o Jornalismo de Investigação como o guardião da democracia e dos direitos dos cidadãos. Na perspetiva daquele diplomata americano, para assegurar os supracitados direitos, os jornalistas devem conhecer métodos de investigação, daí ter manifestado abertura em continuar a trabalhar com os jornalistas cabo-verdianos no sentido de oferecer ferramentas para melhorar o desempenho de um jornalismo de profundidade. Já, a presidente da Agência Reguladora da Comunicação Social (ARC), Arminda Barros (Sapo.cv; 17/02/2016), crê que o Jornalismo de Investigação é sinónimo de oferecer aos cidadãos maior e melhor acesso a documentos oficiais, credíveis, legítimos e com interesse público. Na mesma publicação e ocasião, o jornalista português de investigação e que trabalha como freelancer na Alemanha, António Cascais, disse que é necessário encorajar os jornalistas cabo-verdianos a realizarem trabalhos de investigação. “Numa época em que o jornalismo investigativo está cada vez mais difícil, temos cada vez mais entraves, mais pressões por parte dos poderosos e dos governos e menos meios para fazer esse tipo de jornalismo”. António Cascais recomenda a verificação dos temas, antes de serem lançados nos meios de comunicação social, porque, de acordo com o mesmo, o jornalista deve ter uma atitude de “não bajulação” frente dos “poderosos”, respeitar leis e assegurar que não “corre riscos com matérias que podem desacreditá-lo se não for responsável”. (sapo.cv; 17/02/2016).

A respeito das inconveniências ou mesmo intimidação no desempenho do jornalismo investigativo, Furio Colombo (1998; p. 12) reparou que até nos EUA, tido como modelo em termos de liberdade de imprensa, o trabalho do jornalismo de investigação viu-se amedrontado por processos judiciais por danos, sustentados por pedidos de indemnizações avultadas e que terminaram com a retratação extrajudicial dos jornalistas. O pesquisador italiano deu exemplo do general Westmoreland contra a CBS-TV; o general israelita, Sharon, contra a Time Magazine. Apesar de o autor reconhecer que o jornalismo investigativo é a única forma de produção original de

uma notícia e que não subordina o repórter ao caso ou à notícia fornecida por terceiros, Colombo assume que os efeitos de processos judiciais desencorajam o prosseguimento deste teor de jornalismo. “Os editores aperceberam-se de que não poderiam expor-se ao risco económico de uma derrota” (Furio Colombo; 1998; p.12). Colombo (1998; p. 169) acrescenta que a referida prática tornou-se mais difícil com a quantidade de notícias disponíveis e mais oneroso em virtude da técnica de defesa jurídica. Pois, corre-se o risco de se enfrentar, por cada iniciativa do jornalismo de investigação, causas longas e dispendiosas.

Por envolver investigações sobre crimes graves e, por vezes, complexos implicando figuras públicas e pela ameaça que a sua divulgação representa, os implicados fazem de tudo para silenciar, perseguir e mesmo chantagear os jornalistas ou os órgãos de comunicação social. Furio Colombo (1998; p. 46) valeu-se da investigação jornalística em torno do crime organizado na Sicília (Itália), em que os jornalistas italianos estavam acostumados a movimentar-se ao lado das autoridades judiciais e policiais. O autor reparou que com esse afastamento, os jornalistas tornaram-se alvos do crime organizado, porque o seu afastamento dos percursos institucionais se afigurou como um grave perigo, aos olhos dos chefes mafiosos. Perante este e outros riscos, Furio Colombo (1998; p.49-50) acautela os repórteres para aquilo que muitas escolas americanas de jornalismo sugerem ao jornalista que pela primeira vez vá desenvolver um trabalho ou uma investigação num país que não conheça, a se informar sobre as condições e a aplicação da justiça naquele país.

Para além dos aludidos empecilhos, crescem à realidade cabo-verdiana o fato de ser um meio pequeno, em que praticamente “todos” se conhecem. Já aconteceu vários casos em que jornalistas são confrontados na rua ou no seu posto de trabalho por causa do conteúdo da notícia publicada.

4- Critérios de noticiabilidade

Os media e os jornalistas, em particular, vivem em constante dilema, no que diz respeito à seleção do acontecimento ou informação dignos de serem transformados em notícia.

“A escolha, essa, é a primeira operação de toda a atividade jornalística...” (Philippe Gaillard; 1971; p. 26). Essa decisão é, cada vez, mais premente e difícil de se adotar dada a quantidade de ocorrências, o progresso tecnológico e a massificação da Internet, conjuntura que facilita a difusão quase que instantânea das notícias. Pois notámos, que agora, qualquer cidadão que presenciar um acontecimento pode relatá-lo nas redes sociais, sem se esquecer da concorrência entre os órgãos da imprensa, que é de acautelar. É evidente que nenhum jornal pode publicar, tudo o que se passa no mundo ou que chega diariamente ao seu conhecimento admite Gaillard (1971). Gislene Silva (2000) acrescenta que a necessidade de se pensar sobre critérios de noticiabilidade surge diante da constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia. “Frente a volume tão grande de matéria-prima, é preciso estratificar para escolher qual acontecimento é mais merecedor de adquirir existência pública como notícia” (Gislene Silva; 2000; p. 4). Ideia arrogada por Mauro Wolf (cit in Sousa, 2000, p: 101) que define noticiabilidade como “...conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias”. Os critérios de noticiabilidade mereceram ainda reparo de Nelson Traquina (2002) que considera como elementos que ajudam os jornalistas a definir a importância dos acontecimentos, a considerar escolhas de entre as alternativas para selecionar as notícias que realmente são prioritárias.

Essa opção é feita consoante critérios, que, a nosso ver, devem obedecer a princípios como a importância em relação ao público destinatário, o lugar do acontecimento e as orientações de cada órgão de comunicação social. “...a seleção representa uma tarefa capital que não pode depender dos caprichos e humor dos redatores. Será sempre feita através de numerosos crivos cuidadosamente calibrados, em função de critérios precisos, uns universais, outros próprios de cada empresa de imprensa” (Philippe Gaillard; 1971; p. 28). O mesmo autor estabelece a *atualidade*, a *significação* e o *interesse* como os três critérios da escolha da notícia. Gaillard, no entanto, atribui maior complexidade ao critério relacionado com o interesse, por não estar ligado apenas ao próprio acontecimento em si, mas à atitude. Se assim não fosse, todos os jornais teriam, em teoria, os mesmos conteúdos, mas não corresponderia às expectativas dos seus leitores. Certos autores sistematizaram os critérios de noticiabilidade, com base em três

instâncias: critérios na origem do facto, tendo presente atributos como conflito, curiosidade, tragédia, proximidade; critérios no tratamento dos factos, centrados na seleção hierárquica dos acontecimentos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até à cultura profissional e relação jornalista-fonte e jornalista-receptor; e por último os critérios baseado na visão dos factos, sobre fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público.

Em contraponto, Fernando Correia (2006) apresenta uma visão economicista dos critérios de noticiabilidade, dando primazia à luta pelas audiências e pelas tiragens, tendo por base a conquista dos anunciantes, acentuando distorções no tratamento da atualidade e na utilização dos critérios noticiosos. “...leva ao predomínio, não só do sensacional, mas também do curto, rápido e simples, do superficial e facilmente digerível, refletindo a tendência para a supremacia dos valores comerciais sobre os valores jornalísticos” (Fernando Correia; 2006; p. 114). Em consequência desta postura, Correia nota aquilo que considera perversidade, em que jornalistas começam a interiorizar como valores jornalísticos os valores comerciais e a considerar bom jornalismo, aquele que vende bem e melhor. Este postulado é visto com alguma inquietação por parte de Luís Sobral e Pedro Magalhães (1999; p. 52) por exemplo advertem para o risco de os poderes económicos passarem a determinar a agenda mediática. “... o aumento do fluxo de informação de acesso livre representa um perigo para a base económica da imprensa tradicional e ameaça pôr em causa o poder do jornalismo enquanto selecionador do que é publicado”.

Por seu turno, João Carlos Correia (2009) pensa que a atualidade de um acontecimento é a sua proximidade temporal em relação aos seus destinatários. “Todavia, está associada à relevância pois, para ser atual, um enunciado jornalístico tem de ser relevante, isto é, tem de ter pertinência para os seus destinatários” (João Carlos Correia; 2009; p. 15). O interesse é um dos aspetos determinantes a ter em consideração, no momento da escolha e na feitura de uma reportagem, se quisermos que ela tenha impacto. Neste processo é fundamental o discernimento do jornalista, bem como o conhecimento do seu público-alvo. “A tentação permanente contra a qual deve lutar é a de acreditar unicamente no seu próprio interesse e no daqueles que o rodeiam” (Philippe

Gaillard; 1971; p. 33). É uma advertência oportuna, que os profissionais da imprensa devem ter presente, de forma a evitar interferências. O investigador constata ainda que cada acontecimento obriga o jornalista a pôr-se no lugar do seu leitor ou ouvinte e a questionar o interesse da notícia para o público. O reparo feito pelo investigador parece-nos pertinente. Tornou-se imperativo a sintonia entre os profissionais da imprensa e o público consumidor das notícias, isto se levarmos em conta, a sociedade de concorrência e a multiplicidade no campo mediático, bem como a necessidade de assegurar a sustentabilidade económica, por via da venda dos serviços. Porém, vários investigadores, incluindo Fernando Correia chamaram atenção para o perigo de os jornalistas aceitarem transformar-se em mero e acrítico transmissor de novidades e fait-divers, em conivência com os produtores ou interessados na sua divulgação, à revelia da responsabilidade social da profissão. Nesta linha de preocupação, o investigador cabo-verdiano, Tito Gonçalves num artigo intitulado uma perspectiva filosófica do campo da comunicação em Cabo Verde (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013) pontua a observância dos preceitos e valores éticos e profissionais, no desempenho do jornalismo, como comportamento indispensável. O investigador defende uma comunicação social livre, assente em valores como a liberdade, rigor, imparcialidade que prima pela verdade enquanto pedra angular do exercício da profissão. Gonçalves advoga o afastamento do jornalismo de qualquer interesse, que não seja os já referenciados.

Luís Sobral e Pedro Magalhães (1999) reconhecem que a lei da proximidade é um dos critérios essenciais na seleção de uma notícia. Referindo-se aos correspondentes, os autores alertam para a utilidade de uma interpretação ponderada da lei de proximidade. “Saber se o assunto X ou Y interessa ao jornal nacional é um exercício por vezes doloroso” (Luís Sobral e Pedro Magalhães; 1999; p. 26). Para os dois jornalistas, os critérios de noticiabilidade são distintos e encontram-se em constante avaliação, do local para o regional e deste para o nacional. Na perspetiva dos dois investigadores, o bom senso e a experiência podem ser suficientes para evitar equívocos. Recorrendo ao jornalismo desportivo, indicam exemplos de clubes regionais e de jogos dos escalões secundários que normalmente não tem espaço nos jornais de âmbito nacional, mas que em casos excepcionais merecem atenção ou mesmo destaque, nos órgãos de âmbito nacional. “...se um futebolista obtiver seis golos num jogo vale a pena escrever um

pequeno texto sobre ele... Se um olheiro de um clube da primeira divisão o observar ele torna-se subitamente notícia” (Luís Sobral e Pedro Magalhães; 1999; p. 27). O estrato antecedente atesta a volatilidade e a subjetividade dos fatores que determinam a escolha de um facto para ser notícia. Nota-se doravante para uma ligeira tendência, em direção a aquilo que Fernando Correia (2006) defende, ou seja, ser persuadido pelos desejos da audiência.

O jornalismo cabo-verdiano segue o seu curso regular na linha daquilo que defende os investigadores supramencionados, óbvio, com as suas nuances que vamos tentar trazer à luz nessa pesquisa.

Numa incursão à génese da rádio em Cabo Verde, Carlos Santos (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013; p. 172) apurou que desde o seu aparecimento, nos anos de 1940, demonstrou sempre utilidade pública destacando-se na programação cultural e desportiva. O investigador concluiu, no entanto, que em relação à vertente informativa foi diminuto, resultado de um controlo acutilante por parte das autoridades. A produção noticiosa, conta Carlos Santos se resumia à difusão dos despachos da agência Lusitânia Press, uma sessão de propaganda do Estado Novo. De resto, a realidade era extensiva à toda imprensa da época. “A margem de liberdade de que dispunha o meio para elaborar e difundir as suas próprias notícias, ou como agora se diz para formatar a sua própria agenda, era bastante estreita.” (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013; pág. 173). O conteúdo das notícias aponta Carlos Santos (2013; p. 173) girava, na sua maioria, em torno das atividades empreendidas pelo governador da província e da cadeia de poderes existente em todas as ilhas. O que nos leva a inferir, que na altura, as atividades ligadas ao poder colonial era o principal critério para que um acontecimento fosse transformado em notícia. Sentimos que a propensão, ainda que nítida, perdura no panorama mediático crioulo. Apesar de não estarmos na posse de estudos que confirmem tais posições, é rotineiro escutar que os órgãos de comunicação social têm dado primazia aos governantes em detrimento dos governados e que assuntos de caris políticos estão de longe mais presentes na pauta dos órgãos de comunicação social nacional. Percepção que não seria difícil confirmar através de análises de conteúdos, aos espaços informativos nos órgãos de comunicação social das ilhas. De certa forma Tito Gonçalves constatou tal realidade “...existe ainda uma comunicação social com pouca

liberdade, muito apegada a questões partidárias e políticas e com atropelos aos princípios e valores éticos profissionais...” (Silvino Évora e Alfredo Pereira; 2013; p. 189).

Na nossa realidade, constatamos que geralmente uma direção ou chefia de informação dificilmente deixa cair da agenda uma atividade com presença de um governante em prejuízo de um chamamento da população/ de uma comunidade. E algumas instituições da sociedade civil apercebendo-se da “onda” têm solicitado os governantes a participar nas suas iniciativas, como forma de ser o chamariz à imprensa, mesmo que a ocasião não o justifique de todo. Longe de qualquer imposição, controlo ou censura presumimos que a referida inclinação justifica-se por duas ordens de razão: primeiro, por uma questão cultural, tradicionalmente foi assim e não será fácil mudar o rumo das coisas; por outro lado, é facto que o jornalismo não pode afastar-se das fontes oficiais, mormente os governantes que ditam as políticas que interessam e afetam a todos. Na mesma direção vem a questão das agendas oficiais, uma angústia para muita franja da população cabo-verdiana, que acusa os jornalistas de estarem atrelados aos políticos, fazendo um jornalismo “sentado”.

Um outro aspeto determinante, a nosso ver, na escolha de um facto para ser transformado em notícia, relaciona-se com o lugar da sua ocorrência. Em Cabo Verde, há maior probabilidade de um acontecido na Cidade da Praia ser noticiado do que se o mesmo tiver lugar nas ilhas da Brava, São Nicolau ou nas recônditas localidades do interior da ilha de Santiago. O facto justifica-se pela condição arquipelágica do país, a ausência de representações dos órgãos de comunicação social em todo o ponto do território nacional, o custo e a irregularidade das ligações domésticas aliado ao fraco poder económico da imprensa das ilhas. Silvino Évora (2005) notou isso, em relação a televisão pública. “Todavia, o problema de concentração do foco de atenção da TCV é um dos grandes cancros do serviço público de televisão” (2005; p. 22). Indo mais longe olhando o país, através dos ecrãs da TCV¹⁶, Silvino Évora (2005, p. 22) desabafa que Cabo Verde parece estar reduzido à Cidade da Praia (capital) e do Mindelo (a segunda

¹⁶- Televisão de Cabo Verde, estação pública e único canal aberto no país até 2006. Ano da abertura do concurso, a partir do qual, entraram em cena dois canais a Tiver – Televisão independente de Cabo Verde e a Record Cabo Verde, mas até os dias de hoje operam apenas na Cidade da Praia, com exceção de algumas reportagens fora da capital.

maior cidade do país). Para além da Ilha de Santiago, as restantes ilhas, na ótica do pesquisador, passam completamente à margem da programação e da informação da televisão cabo-verdiana. Mesmo na Ilha de Santiago, o foco das notícias é a Cidade da Praia, observa. Regiões como a cidade de Assomada ou a Vila do Tarrafal¹⁷ (na Ilha de Santiago) passam a leste dos noticiários da TCV, constata Silvino Évora.

Subscrevemos, em parte, a tese do autor, contudo, cremos que é justo reconhecer os esforços dos media públicos, em contornar tal realidade. No caso da Radiotelevisão cabo-verdiana (RCV e TCV) para além da sede na capital do país, dispõe de delegações nas ilhas de São Vicente, Sal, Fogo, Santo Antão, interior da ilha de Santiago (Assomada), uma representação em São Nicolau e Boa Vista para além de correspondentes nas ilhas da Brava e do Maio bem como o reforço na região de Santiago Norte com a colocação de correspondentes nos concelhos do Tarrafal de Santiago e Santa Cruz (ambos no interior da maior ilha). A Inforpress – Agência cabo-verdiana de notícias tem demonstrado o mesmo empenho, conjuntura que tem minimizado a citada concentração do foco de atenção, por parte da imprensa pública, ultimamente. No entanto, o mesmo não se pode atestar em relação à imprensa escrita e o sector privado, no seu todo. Se folharmos as páginas dos dois semanários em estudo, o panorama não difere ao descrito pelo autor. “Além da capital do país, que monopoliza completamente a informação, a cidade de Mindelo, em São Vicente, é a segunda região mais representada” (Silvino Évora; 2005; p. 22). Afinamos pelo mesmo diapasão, deveras as Cidades da Praia e do Mindelo são os fornilhos da produção informativa em Cabo Verde e uma das normas para que um assunto se torne notícia. E, alguns políticos das periferias enxergando à direção do vento têm optado por desenvolver as suas iniciativas na cidade capital. Ex: políticos dos municípios do interior da ilha de Santiago a dar conferência de imprensa (para ter mais eco), para além de organização de atividades cultural na capital do país no sentido de promover as suas regiões: Santa Cruz na Cidade da Praia, São Nicolau na Cidade da Praia e Tarrafal (Santiago) são

¹⁷ A 02 de Setembro de 2010 entrou em vigor a lei n.º 77/VII/2010 que elevava à condição de cidade todas sedes dos municípios de Cabo Verde. Cabo Verde passou a contar com 24 cidades. Destas duas não são sede de concelho – Ribeira Grande (S. Antão) e Santa Maria (Sal), que conquistaram o novo estatuto a título excepcional, tendo em conta a sua importância histórica ou turística.

alguns dos exemplos desta novel estratégia. Para combater o isolamento, em termos de cobertura informativo a que se sentem votados.

A par dos critérios tradicionais de noticiabilidade, pudemos inferir que a imprensa cabo-verdiana dá prioridade aos acontecimentos nas cidades da Praia e do Mindelo, bem como acontecidos que envolvam governantes e figuras políticas. No primeiro caso, talvez por estarem dotados de mais meios humanos e materiais e, no segundo, provavelmente por uma questão cultural ou pela relevância inquestionável.

V - O conceito de escândalo político a propósito da Gestão do Fundo do Ambiente

Antes de prosseguir, julgamos oportuno clarificar os conceitos de Escândalo e de corrupção políticas. São termos, por vezes, usados como sinónimo, mas que no fundo são distintos.

A corrupção política é o uso das competências legislativas por funcionários do governo para fins privados ilegítimos. O advogado, professor e escritor, Calil Simão¹⁸ (2011; p. 35) define corrupção política como “...ao uso do poder público para proveito, promoção ou prestígio particular, ou em benefício de um grupo ou classe, de forma que constitua violação da lei ou de padrões de elevada conduta moral”. Em relação a escândalo político, o presidente do Instituto brasileiro de combate à corrupção considera que “um escândalo é um fato que fere as normas de conduta moral, cultural e ou legalmente vigentes, abalando a opinião pública” (Calil Simão; 2011, p.35). Para John B. Thompson (2002) a Corrupção implica a infração de regras, convenções ou leis referentes ao exercício correto das obrigações públicas. O mesmo acrescenta que um escândalo irá surgir apenas se as regras, convenções ou leis possuírem certo grau de obrigatoriedade moral e somente se a infração for vista por outros como suficientemente séria e importante para provocar uma manifestação vigorosa de desaprovação. A corrupção tem de se tornar pública para se tornar um escândalo conforme Thompson “... Um escândalo pode surgir se, e somente se, o véu do sigilo for levantado e as

¹⁸ - Presidente do Instituto Brasileiro de combate à corrupção.

atividades de corrupção se tornarem conhecidas aos outros, ou se tornarem o foco de uma investigação pública” (John B. Thompson; 2002, p. 57). O investigador conclui que algum grau de conhecimento por parte dos não-participantes é uma condição necessária para que atividades de corrupção sejam consideradas como escândalo.

Por seu turno, os pesquisadores Vera Chaia e Marco António Teixeira (2001), num artigo intitulado “Democracia e escândalos políticos” notaram que o tema da corrupção entra na agenda política a partir dos anos 90 e se associa umbilicalmente às necessidades das reformas políticas e institucionais. “Corrupção envolve infração, violação de regras, convenções ou leis” (Chaia & Teixeira; 2001; sp). Para os citados autores o escândalo somente será denunciado se os outros (não-participantes) considerarem tais violações suficientemente sérias e importantes para serem reveladas e expressarem uma vigorosa desaprovação daqueles atos. Chaia & Teixeira (2001) defendem que a articulação pública do discurso denunciatório é a condição final para que uma corrupção se transforme em um escândalo. Acrescentam ainda que “...os escândalos políticos ganham destaque na democracia exatamente por ser um regime político em que os conflitos e atritos políticos se tornam mais presentes e visíveis. A concorrência política e a busca de cargos também aceleram as contendas políticas” (Chaia & Teixeira; 2001; sp).

Para Vera Chaia e Marco António Teixeira (2001) um ato de corrupção precisa ser descoberta para se tornar escandalosa, pois se as atividades de corrupção permanecerem escondidas dos outros estarão protegidas de uma futura investigação pública.

5.1- Análise dos jornais

Apesar da profunda transformação que a imprensa tem experimentado e dos desafios que a própria classe jornalística enfrentam, José Manuel Fernandes (2011) nota o papel determinante da imprensa escrita na investigação e divulgação de casos de corrupção. “Sem o trabalho desses repórteres, o número de notícias e de investigações jornalísticas originais diminuirá de forma dramática – já está mesmo a diminuir de forma acentuada”

(José Manuel Fernandes; 2011; p. 94). Papel que não se pode dissociar da realidade mediática do nosso arquipélago. Aliás, o tema da nossa investigação é exemplo cristalino. Foi o jornal “A Nação” o primeiro órgão de comunicação social a trazer à ribalta, a polémica.

A polémica em torno da gestão do fundo do ambiente foi objeto de queixas e investigações judiciais, contudo, os leitores dos jornais, estudados, não estiveram informados de modo contínuo sobre as etapas da averiguação, os implicados e muito menos do desenrolar da contenda, que ainda não se conhece nenhuma decisão judicial (pelo menos até 26 de outubro 2017). Impasse, que por vezes, dá a sensação de impunidade e ideia de que o processo esteja estagnado. Talvez pelas dificuldades em obter informações, junto dos tribunais e de outras fontes oficiais. A circunstância cria desconfiança no público e por outro lado desinteresse pelo acompanhamento do caso, por parte dos jornalistas.

A nossa pesquisa, como já fora referido, abarca os semanários cabo-verdianos impresso “A Nação” e “Expresso das Ilhas”, que saíram nos períodos compreendidos entre dois de setembro de 2015 à 31 de dezembro do ano seguinte. Ao todo examinamos cento e quarenta (140) títulos de jornais, sendo, setenta (70) edições de cada periódico objeto da nossa inquirição. No que diz respeito ao ano de 2015, durante o período estudado, analisamos dezoito (18) números do A Nação e a mesma quantidade do Expresso das Ilhas. Desta verificação constatamos que o Expresso das Ilhas tratou o tema em oito edições e o “A Nação” fez referências à polémica em torno da gestão do Fundo do Ambiente em sete números.

Das sete edições com alusão ao tema, no semanário A Nação encontramos nove (9) notícias, dois artigos de opinião, um editorial e dois cadernos especiais, sendo um produzido pelo ministério do Ambiente, habitação e ordenamento do território (8 páginas). O dito caderno de acordo com o então assessor¹⁹ do gabinete de comunicação e imagem do ministro tutela do ambiente na época, tinha por finalidade esclarecer a opinião pública, porque segundo diz a forma como o assunto estava a ser tratado na

¹⁹ Luís Carvalho, Assessor do Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

comunicação social e pelas reações que estava a suscitar requeria mais elementos para esclarecer a opinião pública. O assunto mereceu destaque de capa em cinco números.

Em relação ao ano de 2016, das cinquenta e duas edições publicadas, observamos que a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente foi mencionada em duas edições. Estes e outros dados atinentes ao A Nação podem ser conferidos a seguir, no quadro um (1).

Quadro referente à análise da cobertura despensada pelo jornal "A Nação" a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente				
Ano 2015 - Jornal A Nação				
Mês	Nº/Data de saída Jornal	Localização	Classificação do Título	Género Jornalístico
Setembro	418 de 03 a 09 de Setembro	1 destaque 1ª pág. Pág. par	Informativo indicativo	1 notícia
	419 de 10 a 16 de Setembro	não	não	Não
	420 de 17 a 23 de Setembro	1 destaque 1ª pág e uma pág. Par	2 informativo indicativo	1 Notícia; 1 Caderno Especial
	421 de 24 a 30 de Setembro	1 destaque 1ª página; página par.	informativo explicativo	1 Notícia
Outubro	422 de 01 a 07 de Outubro	não	não	Não
	423 de 08 a 14 de Outubro	1 destaque 1ª pág. impar, par	2 Expressivo e informativo indicativo	2 notícias; 1 caderno especial
	424 de 15 a 21 de Outubro	não	não	Não
	425 de 22 a 28 de Outubro	Páginas par e par	Expressivo, informativo indicativo	1 Notícia; 1 Artigo de opinião
	426 de 29 de Out. a 04 Nov.	páginas par e impar	Informativo explicativo; declarativo e expressivo.	2 notícias; 1 Artigo de opinião
Novembro	427 de 05 a 11 de Novembro	1 destaque 1ª pág. pág impar e par	Expressivo, informativo explicativo	Editorial, 1 notícia
	428 de 12 a 18 de Novembro	Não	não	Não
	429 de 19 a 25 de Novembro	Não	não	Não
	430 de 26 Nov. a 02 Dez.	Não	não	Não
Dezembro	431 de 03 a 09 de dezembro	Não	não	Não
	432 de 10 a 16 de dezembro	Não	não	Não
	433 de 17 a 23 de dezembro	Não	não	Não
	434 de 24 a 30 de dezembro	Não	não	Não
	435 de 31 Dez. a 06 Jan.2017	Não	não	Não
Ano 2016 - Jornal A Nação				
Abril	451 de 21 a 27 de Abril	página par	Expressivo	1 notícia
Maió	456 de 26 maio a 01 Junho	páginas par e impar	Informativo indicativo, Expressivo	1 reportagem; 1 Humor

*Significa que não fizeram referência ao Fundo do Ambiente

Quadro nº 1

Por sua vez, o Expresso das Ilhas, na mesma época (setembro a dezembro de 2015) tratou a polémica da Gestão do Fundo do Ambiente em oito (8) números. Nestes observamos que a contenda mereceu seis (6) destaques de capa, no que concerne ao género jornalístico utilizamos descobrimos dez (10) notícias, quatro (4) entrevistas, três (3) artigos de opinião e um caderno especial (8 páginas) com as mesmas semelhanças e objetivos do outro semanário.

No que concerne ao período de 2016, o Expresso das Ilhas colocou nas bancas cinquenta e duas (52) edições. Neste um ano encontramos duas referências ao Fundo do Ambiente, sendo um artigo de opinião e uma notícia, ambas publicadas em páginas pares.

Dados que podem ser verificados através do quadro dois (2) a seguir e complementado com o gráfico 1.

Quadro referente à análise da cobertura despensada pelo jornal Expresso das Ilhas à Polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente				
Ano 2015 - Jornal Expresso das Ilhas				
Mês	Nº/Data de saída Jornal	Localização	Classificação do Título	Género Jornalístico
Setembro	718_02 de Setembro	não	não	Não*
	719_09 de Setembro	2 destaque na 1ª página; pág. Par; par; impar; par; impar; par;	Informativo indicativo; Expressivo e declarativo;	1 Notícia; 1 Editorial; 1 Entrevista
	720_16 de Setembro	impar e par;	Informativo declarativo; Expressivo;	1 Notícia; 1 Artigo de opinião
	721_23 de Setembro	2 destaque 1ª página; impar; impar; impar;	2 Informativo indicativo; categoriais; Expressivo; informativo explicativo	3 Notícia; 1 Artigo de opinião e 1 entrevista
	722_30 de Setembro	não	não	Não
	Outubro	723_07 de Outubro	1 Destaque 1ª página; par; par; impar; par; impar; impar;	2 Informativo indicativo; Expressivo; declarativo e um Expressivo;
724_14 de Outubro		págs. impar; par;	Informativo indicativo e Expressivo;	2 Notícias
725_21 de Outubro		não	não	Não
726_28 de Outubro		Impar;	Expressivo;	1 Notícia
Novembro	727_04 de Novembro	1 Destaque 1ª página; paginas impar; par; impar;	Declarativo;	1 Entrevista;
	728_11 de Novembro	não	não	Não
	729_18 de Novembro	não	não	Não
	730_25 de Novembro	não	não	Não
Dezembro	731_02 de Dezembro	não	não	Não
	732_09 de Dezembro	não	não	Não
	733_16 de Dezembro	não	não	Não
	734_23 de Dezembro	não	não	Não
	735_30 de Dezembro	páginas par;	Declarativo	1 Notícia
Ano 2016 - Jornal Expresso das ilhas				
Maio	754_11 de Maio	página par	Título Expressivo	1 Artigo de opinião
Junho	758_08 de Junho	página par	Categoriais	1 Notícia

*Significa que não fizeram referência ao Fundo do Ambiente

Quadro nº 2

Da leitura dos dois quadros (quadro 1 retrata dados observados no semanário A Nação e quadro 2 referente ao Jornal Expresso das Ilhas), durante o ano de 2015, no início da polémica, a questão teve maior presença nas páginas dos periódicos mas a medida que se afasta do princípio do acontecimento notamos que o tema começa a desaparecer das páginas dos jornais pesquisados, apesar, do assunto não ter conhecido nenhum desfecho.

Da análise é possível verificar que o Expresso das ilhas deu maior destaque à discussão. A polémica em torno da gestão do Fundo do Ambiente mereceu seis (6) destaque de capa enquanto que no A Nação deparamos com menos uma manchete de primeira página, em igual tempo. Em relação aos géneros jornalísticos usados o A Nação publicou nove (9) notícias, dois (2) artigos de opinião, um (1) editorial e dois (2) cadernos especiais sendo um totalmente dedicado ao Fundo do Ambiente e um segundo caderno dedicado às eleições autárquicas com alusão ao tema. No que se refere ao género jornalístico, o Expresso das Ilhas publicou dois (2) editoriais, dez (10) notícias, quatro (4) entrevistas, três (3) artigos de opinião e um caderno especial da responsabilidade do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território.

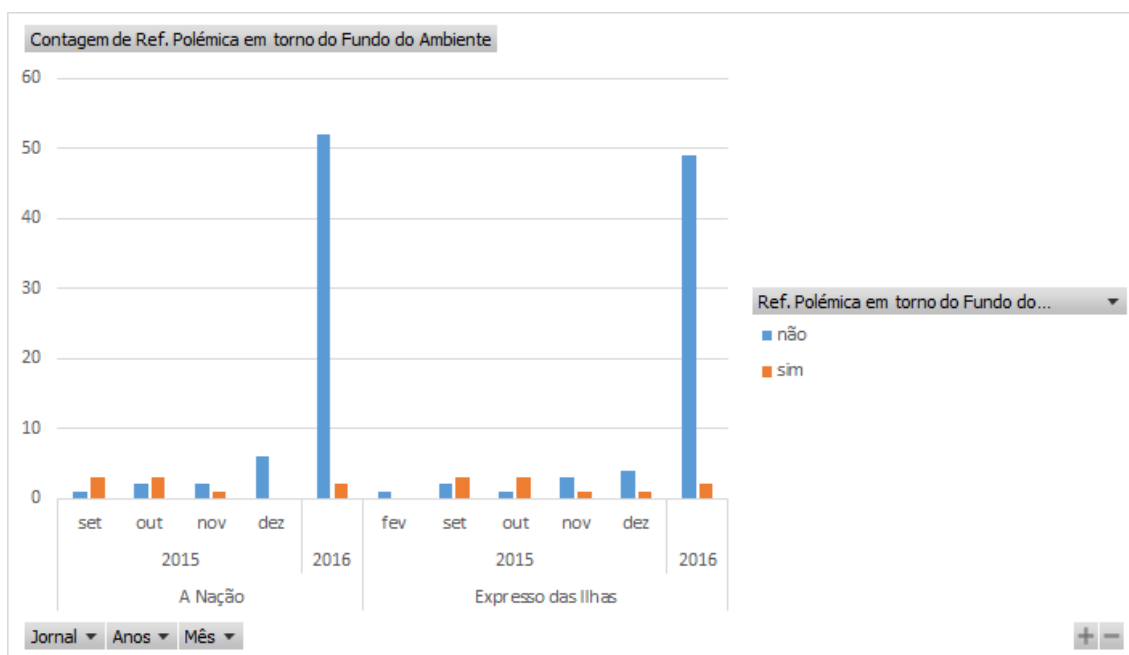
Quanto à localização nas páginas dos jornais a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente no Expresso das ilhas mereceu espaço em onze (11) páginas pares e treze (13) ímpares, por sua vez, o A Nação concedeu oito (8) páginas pares e três (3) ímpares ao escândalo à volta da gestão do fundo do ambiente, o caderno especial não fez parte desta contagem.

Quanto à classificação dos títulos baseamos no esquema tipológico das cinco funções dos títulos de notícia, proposto por Estrela Serrano (2006). Nesta lógica, o A Nação empregou cinco (5) títulos Informativo indicativo, três (3) títulos informativo explicativo, um (1) do tipo declarativo e cinco (5) expressivos, por seu turno, o jornal Expresso das Ilhas tituló sete (7) matérias relacionadas com a polémica a volta da Gestão do Fundo do Ambiente de forma expressivo, seis (6) do tipo informativo indicativo, cinco (5) declarativos, um (1) informativo explicativo e um do tipo categoriais.

Se olharmos para o ano seguinte, podemos apurar que os dois jornais quase que ignoram por completo a polémica. Pois, o assunto mereceu atenção em duas edições, de cada um dos semanários em observação. Em relação aos géneros jornalísticos, o Expresso das Ilhas recorreu a uma notícia e a um artigo de opinião. O “A Nação” no mesmo ano utilizou uma notícia, uma reportagem e um género humorístico para referir ao escândalo

político relacionado com o Fundo do Ambiente. A Nação tituló esses assuntos valendo-se de dois (2) títulos expressivos e um (1) do tipo informativo indicativo. O semanário Expresso das Ilhas utilizou um (1) título do tipo Expressivo e um outro categoriais. O semanário localizado em Achada de Santo António publicou esses temas apenas em páginas pares, por sua vez, A Nação utilizou duas páginas par e um impar. O tema não mereceu destaque de primeira página nos dois periódicos, em 2016. O que comprova a perda de relevância da matéria, nos dois órgãos à medida que o tempo passa tal como apuraram os investigadores Mário Mesquita (1994) e Estrela Serrano (2006). “É na primeira página que o jornal destaca aquelas que considera serem as notícias mais relevantes, pelo que a escolha de títulos para elas é fundamental. (Estrela Serrano, 2006, p. 305 – 306). Situação similar ocorreu com o tema objeto da nossa pesquisa, em 2016, não mereceu destaque de capa e mesmo no interior do jornal teve pouco enfoque, nos dois jornais estudados.

Fig. Gráfico que retrata a continuidade ou descontinuidade



No que tange a tarefa de apurar se houve ou não continuidade da notícia, sobre a Gestão do Fundo do Ambiente, constatamos que este seguimento desde o início foi deficiente.

A Nação deu à estampa as primeiras informações sobre a questão no seu número 418, ou seja no dia 3 de setembro, na edição seguinte não fala do assunto (nº419). O jornal

retoma o tema nos dois números que se seguem (nºs 420 e 421), na edição imediata o fundo do ambiente desaparece das folhas do A Nação e regressa no número posterior (nº 423), na edição número 424 sai da agenda e é retomada em força nos três números seguintes (nºs 425, 426 e 427).

No mesmo período de observação, o outro semanário, Expresso das ilhas que saiu um dia antes da polémica se instalar (2 de setembro), obviamente, não fala ainda da contenda e na edição nº 719 começa a dar eco ao tema e o assunto mereceu cuidado nas duas edições imediatas (nºs 720 e 721), cai da agenda na edição seguinte e é recuperada nas outras duas edições imediata (nºs 723 e 724), na edição nº 725 o jornal não faz qualquer alusão à polémica, que retorna às páginas do Expresso nos dois números subsequentes (nºs 726 e 727). A partir daí, o tema só é reavido pelo Expresso das Ilhas no seu número 735, ou seja, quase dois meses depois.

Os jornais deram maior seguimento logo nos dois primeiros meses, depois começa a escassear até que quase desaparece dos jornais. Realidade idêntica ao que Mário Mesquita (1994; p. 14) tinha verificado na sua obra intitulada “Portugal na primeira página”, onde analisou o tratamento jornalístico da revolução do 25 de Abril na imprensa francesa, belga e suíça francófonas. “Se examinamos a sequência da publicação dos textos, quer na primeira página quer em páginas interiores, verificamos que se desenhou, efetivamente, uma curva descendente de 26-27 de Abril a 6 de Maio”.

Centrando na leitura do gráfico¹ notamos que em 2016 cada um dos semanários, em estudo, colocou nas bancas cinquenta e duas (52) edições, nestas apuramos que o Expresso das Ilhas tratou a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente em dois números, já o outro jornal em igual época fez duas alusões a matéria. Pesquisa que, uma vez mais, vai ao encontro do que Mário Mesquita (1994) apurou “No que respeita à importância atribuída ao acontecimento, o maior relevo noticioso é atingido logo no primeiro dia...” (Mário Mesquita; 1994. p. 14). No caso concreto, da controversa a volta da Gestão do Fundo do Ambiente, observamos que teve maior proeminência nos meses de setembro e outubro. Talvez, devido as disputas político-partidárias, sobretudo por ter surgido à poucos meses de eleições (eleições legislativas 20 de Março,

autárquicas Setembro e presidenciais outubro 2016), onde alguns candidatos e pessoas afetas a partidos políticos da oposição procuravam protagonismo.

O jornal Expresso das Ilhas ao longo do ano 2016, nas duas alusões ao fundo do ambiente utilizou como género jornalístico um artigo de opinião e na outra edição foi através de uma notícia. Já o A Nação ao longo do mesmo tempo nos dois números com alusão ao tema recorre aos seguintes géneros jornalísticos: uma notícia, uma reportagem e uma referência na página de humor (Zig Zag).

Com esta pesquisa podemos aferir que a medida que se afasta do acontecimento, o assunto desaparece da agenda mediática. Como se pode confrontar da leitura do gráfico, anterior. Importa realçar ainda que o Expresso das ilhas deu mais atenção ao assunto, apostando sobretudo em géneros jornalísticos não informativos e comparado com o A Nação o Expresso deu ligeiramente seguimento ao tema.

Conclusões

Chegado a este ponto é momento de apresentarmos os resultados. Antes de mais, reconhecemos que a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente teve visibilidade na imprensa cabo-verdiana, particularmente, nos dois semanários objeto do nosso estudo. A crer no destaque, que os dois órgãos de comunicação social conferiram à matéria. Se não vejamos, das dezanove (19) edições que o escândalo político foi referido nos semanários, Expresso das Ilhas e A Nação, foi manchete de primeira página onze (11) vezes.

O jornal Expresso das Ilhas, como se pode constatar, deu ligeiramente maior visibilidade ao tema. Em relação à continuidade apuramos que a medida que se afasta do início da ocorrência a matéria desaparece das páginas dos jornais pesquisados, apesar das disputas político-partidárias terem favorecido a manutenção da polémica na ordem do dia.

Apesar do eco que a polémica teve nos media, assinalámos que não gozou da devida continuidade. Pensamos que a matéria devia merecer melhor acompanhamento, com intuito de esclarecer à sociedade sobre os meandros do processo, para que os cidadãos pudessem estar cientes sobre o desenrolar do caso que até hoje se encontra sob a investigação judicial. A última menção ao fato, durante o período da nossa pesquisa, deu-se a oito (8) de Junho de 2016, sendo que a primeira sucedeu a 3 de setembro de 2015.

Examinamos com alguma preocupação a falta de monitorização dos assuntos noticiados, mormente, a polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente, nos dois jornais observado. Descortinamos que a falta de continuidade não é apanágio dos jornais objeto da nossa observação e muito menos do tema pesquisado. Alias, ao longo deste trabalho foi possível aflorar vários assuntos da atualidade, em que os órgãos de comunicação social cabo-verdianos, não acompanharam o desenlace do acontecimento.

Apuramos que, em Cabo Verde, a dificuldade em ter acesso às fontes de informação revela-se como o principal fator da descontinuidade noticiosa, aliado à falta de proatividade dos jornalistas. No tocante a indisponibilidade das fontes de informação, ela se verifica, com maior saliência no caso das fontes oficiais e em situações negativas/polémicas. Isto apesar do respaldo legal. O dever de acesso livre às fontes de informação está consagrado na Constituição da República de Cabo Verde e demais leis e regulamentos em vigor no país, mesmo assim, na prática o jornalismo cabo-verdiano depara com este constrangimento. Conferimos que uma das vias para contornar a indisponibilidade das fontes de informação pode passar pelo cultivo das fontes privilegiadas. Entendemos que uma relação de confiança entre o jornalista e a sua fonte poderá ser determinante na manutenção de um tema em pauta. É, talvez, um dos caminhos para driblar a indisponibilidade das fontes de informação, nestas ilhas que começa a ser gritante.

A nossa observação permitiu conferir que a descontinuidade noticiosa concorre para a desinformação, na medida em que a opinião pública fica vulnerável à manipulação por não ter dados credíveis. Furio Colombo deu exemplo das lendas urbanas que surgem em decorrência dessa informação incompleta e que poderá motivar o seu enraizamento nas sociedades. Na mesma linha de pensamento, verificamos que muitos temas que são usados como arma de arremesso político-partidário ocorrem pela fraqueza do jornalismo em monitorizar um acontecimento de forma a promover debates desapassionados e investigações que possam deslindar o que realmente aconteceu, para evitar manipulações e isso só se concretiza com um trabalho de seguimento dos temas até ao seu esclarecimento junto da opinião pública. O caso específico da polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente ocorreu numa época pré-eleitoral (Setembro 2015), o que poderá justificar todo o barulho e revela em parte a pouca perspicácia do jornalismo em desvendar o tema que, ainda não está clarificado e ninguém sabe a quantas anda. Cabo Verde tem sido fértil neste aspeto, que como Furio Colombo disse, espelha a fragilidade do jornalismo. O tratamento dado pelos dois jornais impressos à polémica em torno da Gestão do Fundo do Ambiente podemos inserir no grupo das notícias

suspensas, isto dentro da classificação tripartida de Fúrio Colombo a propósito das histórias incompletas, que segundo diz se verifica diariamente.

Julgamos que, a escassez de profissionais especializados na área é outro fator importante que estará na base dessa descontinuidade e monitorização dos temas abordados e abandonadas de forma incompleta.

Concluimos que em Cabo Verde ainda temos um jornalismo investigativo residual por vários fatores, o que dificulta a continuidade noticiosa. Em relação aos critérios de noticiabilidade, observamos que a imprensa cabo-verdiana dá prioridade aos factos que ocorrem nas cidades da Praia e do Mindelo, bem como acontecimentos que envolvam governantes e figuras políticas. No primeiro caso, talvez por estarem dotados de mais meios humanos e materiais e, no segundo, provavelmente por uma questão cultural ou pela relevância inquestionável.

Entendemos que os media cabo-verdianos e o jornalismo, em especial, precisam repensar a forma como têm abordado os assuntos noticiados até agora, como forma de contribuir para uma sociedade esclarecida e uma opinião pública bem formada e informada. Para que tal aconteça, é preciso mais perspicácia e uma abordagem que passa pela monitorização dos acontecimentos até ao seu desfecho.

Matérias analisados

- Edições impressas dos Jornais “A Nação” e Expresso das Ilhas.

Bibliografias

- Abramovay, Pedro; “Especialistas discutem sobre o papel do jornalismo em sociedades democráticas”; (2016); Brasil; publicado no site pelo Impacto do Investimento social; disponível em: <http://gife.org.br/>; consultado em 28/04/2017;
- Alves, José Augusto dos Santos; *O Poder da Comunicação – A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*; Casa das Letras – Editorial Notícias; 2005;
- **Alves, Patrícia; “Jornalismo de investigação em Portugal” - Blog de Jornalismo Especializado, Universidade Lusófona Porto; Publicado maio de 2012; disponível em: <http://jornalismoespecializado.blogs.sapo.pt/56142.html>; consultado em Maio de 2017;**
- Aubenas Florence & Benasayag; *A fabricação da informação – Os jornalistas e a ideologia da comunicação*; Campo das letras – Editores, S.A., 2002;
- Brandão, Nuno Goulart; *O Espetáculo das Notícias – A televisão generalista e a abertura dos telejornais*; Editorial Notícias; 1ª edição junho 2002;
- Chaia, Vera & Teixeira, Marco António; “Democracia e Escândalos políticos”; São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo; 2001;
- Colombo, Furio; *Conhecer o Jornalismo Hoje – Como se Faz a Informação*; Editorial Presença, Lisboa, 1998;
- Correia, Fernando; *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*; Editorial Caminho, SA, Lisboa; 2006;
- Correia, João Carlos; *O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*; Coleção ARS- Livros LabCom, 2011;
- Correia, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso -Notas sobre Jornalismo e representações sociais*; Universidade da Beira Interior- Livros LabCom; 2009;

- Évora, Silvino & Pereira, Alfredo; *As Ciências da Comunicação em Cabo Verde: Arrepiando os caminhos do conhecimento*; edição: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM; 2013;
- Évora, Silvino Lopes; “Políticas de comunicação e contexto mediático cabo-verdiano”; 2005; disponível em: www.bocc.ubi.pt; consultado em maio de 2017;
- Fernandes, José Manuel; “*Liberdade e Informação*”; Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011;
- Ferreira, Gil Baptista; “Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? – Jornalismo público e deliberação política”; Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra; Exedra - número especial; 2011;
- Gaillard, Philippe; *O jornalismo*; 3ª edição; Publicações Europa-América; Lda. 1971;
- Gomes, Rui Miguel; “A importância da Internet para Jornalistas e Fontes”; Coleção Media e Jornalismo; Livros Horizonte, 2009;
- <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1466606.html>; “AJOC: Jornalismo de investigação é o calcanhar de Aquiles da comunicação social cabo-verdiana”; publicado em 17 de Fevereiro de 2016; consultado em Maio de 2017;
- Looney, Margaret; “Jornalismo Investigativo”; publicado em 28/01/2013, disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/blog/quatro-coisas-que-o-jornalismo-investigativo-nao-e> consultado em 08 de maio de 2017;
- Martins, Fernando; *A Geração da Ética – Três anos como Provedor dos leitores do Jornal de Notícias*; Edições MinervaCoimbra; janeiro de 2006;
- Meneses, João Paulo; *Tudo o que se passa na TSF - ...para um livro de estilo*; Jornal de Notícias, Porto, Junho de 2003;
- Mesquita, Mário, *O 25 de Abril nos media internacionais*, Porto Edições Afrontamento, 1994;
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Coordenador: HUNTER, MARK LEE; “A investigação a partir de histórias – um manual para jornalistas investigativos”; 2013, disponível em: www.unesco.org/publishing, consultado Maio de 2017;

- Piedrahita, Manuel; *Jornalismo Moderno – História, perspectivas e tendências para o ano 2000*; Plátano Edições Técnicas; 1993;
- Santos Carlos; “O direito de acesso às fontes de informação” 2010; disponível em: <http://kriolradio.blogspot.com/2010/06/o-direito-de-acesso-as-fontes-de.html>; consultado em Junho de 2017;
- Santos, Carlos; *O Megafone do Poder*; Imprensa Nacional de Cabo Verde – Cidade da Praia; 2017;
- Santos, Rogério; *A negociação entre jornalistas e fontes*; Coimbra, Minerva, 1997;
- Serrano, Estrela - *Para um estudo do jornalismo em Portugal (1976-2001). Padrões jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais*. 2005; Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- Serrano, Estrela; *Jornalismo político em Portugal – A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976 – 2001)*; Lisboa, Edições colibri, Instituto politécnico de Lisboa, 2006;
- Shoemaker, Pamela J. e Stephen D. Reese; *Mediating The Message. Theories of Influences on Mass Media Content*, 2ª Edition, White Plains: Logman; 1996;
- Silva, Gislene; “Para pensar critérios de noticiabilidade”; Estudos em Jornalismo e Mídia Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005;
- Silva, Gislene; “Valores-notícia: atributos do acontecimento - Para pensar critérios de noticiabilidade”; Universidade Federal de Santa Catarina; 2000;
- Simão, Calil. *Improbidade Administrativa – Teoria e Prática*. Leme: J.h. Mizuno, 2011;
- Sobral, Luís & Magalhães, Pedro; *Introdução ao jornalismo desportivo*; Editores: Cenjor e CNID; 1999;
- Sousa, Jorge Pedro - *As notícias e os seus efeitos*, Edições Minerva Coimbra, Coimbra; 2000;
- Thompson, John B; “O Escândalo Político - Poder e Visibilidade na Era da Mídia”; Editora Vozes, 2002;

- Traquina, Nelson - *O que é Jornalismo*, Quimera Editores Lda, Lisboa; 2002;
- TSF e Autores; “Tão Perto do Mundo – 20 anos e 20 histórias que marcaram a TSF”; Prime Books; 2008;
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992;

Sites consultado

- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/continuidade>, consultado em Outubro de 2017;
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Consultado em Outubro de 2017; Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/continuidade>;
- <https://www.dicio.com.br/continuidade/>, consultado em outubro de 2017;
- <http://www.asemana.publ.cv/>, consultado em maio 2017;
- <http://www.angop.ao/> , consultado em setembro 2017;
- <http://www.anacao.cv/> , consultado em setembro 2017;
- www.expressodasilhas.sapo.cv , consultado em outubro 2017;
- <http://noticias.sapo.cv/> , consultado em Agosto 2017;

Documentos Oficiais consultado

- Constituição da República de Cabo Verde, Revisão de 2010;
- Manual de Procedimentos do Fundo do Ambiente; Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território - República de Cabo Verde, 2014;
- Boletim Oficial da República de Cabo Verde;
- Código Deontológico dos Jornalistas de Cabo Verde, elaborado e aprovado na Assembleia-geral da classe em 2011.

ANEXOS

Seguem nesta parte às entrevistas feitas aos jornalistas cabo-verdianos. As metodologias utilizadas foram conversa presencial ou via telefone e posteriormente encaminhados os questionários via correio electrónico e recebemos as respostas escritas pela mesma via. Inicialmente tínhamos elaborado um questionário específico, para os diretores dos Jornais semanários Expresso das Ilhas e A Nação, entretanto, apesar das nossas insistências não tivemos respostas dos dois responsáveis. De realçar que do questionário aplicado, inicialmente, cinquenta por cento (50%) dos seleccionados (era a nossa intenção ouvir mais oito jornalistas, sobretudo aqueles que escreveram sobre o assunto, da nossa inquirição) não dignificaram em responder.

Anexo – 1

Nome: Jefferson S. Gomes; Jornalista da Rádio de Cabo Verde, Experiência Profissional: 22 anos em Rádio;
Desempenhou o cargo de Coordenador da RCV+ (canal jovem da rádio pública), Chefe do departamento de programas e produção da Rádio de Cabo Verde de (2011 a 2016).

- 1- **O que entende por continuidade noticiosa?** Entendo que se trata de acompanhar o desenrolar/as repercussões de determinado acontecimento e que não se baseia em apenas dizer que aconteceu e ficar por lá. Em suma, é dar seguimento aos efeitos da primeira notícia.
- 2- **Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde?** Penso que tendemos a dar continuidade a eventos de curto prazo, o imediato, por exemplo as repercussões mediáticas imediatas do caso dos manuais escolares, mas basicamente que já é um assunto arrumado que, entretanto, só volta à ribalta porque no Parlamento se aventou ir à Procuradoria-Geral da República. Ficamos muito pela superficialidade dos factos, à merce da vontade de algum responsável em querer falar do assunto. Raras vezes recorremos aos arquivos (e ali reside também um problema da correta catalogação dos arquivos) para fazer a ponte com um evento atual que se lhe correlaciona.

- 3- **Até que ponto a Continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública?** Penso que influencia positivamente a qualidade da informação, na medida em que situa o cidadão em relação aos factos. E, como se costuma dizer, o povo tem memória curta e, em grande parte dos casos, os interessados tendem a aproveitar-se do ditado.
- 4- **Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?** Penso que tentamos ser rigorosos naquilo que fazemos, o que faltará será mesmo uma agenda ou, por outra, conferências de redação que puxem para temas antigos/estatísticas que podem relacionar-se com assuntos da atualidade.
- 5- **Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados?** Precisamente o facto de estarmos preocupados com os assuntos da atualidade. Muitos são, sim, explorados até à exaustão porque estão na ordem do dia, enquanto outros vão passando o seu “prazo de validade”, e quando ultrapassam este “prazo”, dificilmente voltam aos holofotes, porque, também, não temos tempo e nem recursos humanos para desperdiçar e por termos de acompanhar o que vai acontecendo.
- 6- **- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na seleção dos factos a serem noticiados?** A atualidade, a pertinência do assunto e o seu impacto para o todo
- 7- **Como esta o jornalismo investigativo nestas ilhas?** Na sua essência, o jornalismo é investigativo, no meu ver diferencia-se pela superficialidade e imediatismo das abordagens com a profundidade com que a matéria é explorada. Se formos analisar pela profundidade, diria que o Jornal Artiletra é o que apresenta trabalhos de investigação mais aprofundados, de resto pauta-se pela superficialidade dos assuntos quotidianos.
- 8- **Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo?** Formação, recursos humanos e recursos financeiros.
- 9- **O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil?** É difícil e tende a tornar-se cada vez mais difícil.

Anexo – 2

- 1- **que entende por continuidade noticiosa?** -Continuidade noticiosa consiste no tratamento subsequente que se dá a um assunto que foi veiculado num determinado órgão de comunicação social como notícia.
- 2- **Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde?**
Uma vez que há pouca profundidade e investigação no tratamento das notícias, a continuidade noticiosa em Cabo Verde ainda é muito incipiente.
- 3- **Até que ponto a Continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública?**
Contribui bastante tanto para a qualidade da informação quanto para o esclarecimento da opinião pública. Sempre que um assunto é interrompido a nível da sua veiculação na comunicação social dificulta a sua total compreensão. Deste modo, a opinião pública fica menos esclarecida, perigando, em última análise, a transparência do sistema democrático.
- 4- **Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?**
Proporcionar a continuidade noticiosa é a ambição de qualquer jornalista e/ou órgão da comunicação social. Esta preocupação em continuar a abordar um assunto, atualizando-o e fornecendo diferentes ângulos de cobertura existe no órgão onde trabalho. Entretanto, assim como se faz pouco uso do arquivo jornalístico não se foca muito em manter a continuidade.
- 5- **Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados?** Muitas vezes, as fontes institucionais não colaboram. Não fornecem (ou demoram a fazê-lo) as informações solicitadas, como dados estatísticos. Muitas delas não estão organizadas/preparadas para lidarem com a imprensa.
A autocensura. Devido à exiguidade do mercado mediático.
- 6- **Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na seleção dos factos a serem noticiados?** Como a maioria dos

órgãos do país, os comunicados de imprensa provenientes dos atores políticos, sociais e não só fazem a agenda setting. Particularmente, eu não aprecio muito esta forma de trabalhar, pelo que abordo questões que têm valor jornalístico e que não são alvos de um processo forçoso de mediatização.

7- **Como esta o jornalismo investigativo nestas ilhas?** - Não sei se alguma vez chegou a existir jornalismo investigativo em Cabo Verde. Tenho as minhas dúvidas. No momento atual digo que esta modalidade do jornalismo não é praticada aqui. Não por falta de assuntos, mas de jornalistas vocacionados e preparados para tal.

8- **Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo?** Não sei se medidas poderão servir para alguma coisa no que se refere à prática do jornalismo investigativo. A meu ver, esta modalidade de jornalismo depende muito mais do próprio jornalista que pretende executá-la do que qualquer medida que se queira implementar. Até porque para uma boa investigação tem que se afastar muitas vezes das medidas e regras impostas.

9- **O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil?** O acesso às fontes/personagens processa-se de duas formas: a) as fontes chegam até o jornalista/órgão da comunicação; b) o jornalista/órgão da comunicação vai atrás das fontes/personagens. Na primeira circunstância, a fonte tem interesse em aparecer e, muitas vezes, acaba por “usar” o jornalista para isso. É o que mais se verifica aqui em Cabo Verde.

Já na circunstância 2, quando o jornalista “corre” atrás, os personagens tendem a esconder-se atrás do anonimato ou se fecham mesmo. Quando o assunto é delicado, a maioria das fontes prefere não ser envolvida. Deveria haver também cidadania no campo jornalístico.

Anexo 3-

Emerson Pimentel – Jornalista e editor do primeiro jornal da Rádio de Cabo Verde.

1- **O que entende por continuidade noticiosa?** É o seguimento até ao esclarecimento total dos factos que originaram a notícia. É ir atrás de factos

secundários que, a priori, parecem pouco importantes, mas que são determinantes se forem vistos de pontos de vistas diversos. É perseguir aquilo que não foi dito, mas que, à tona é o mais importante de se saber.

2-Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde?

Acredito que seja necessário que ela se afigure como uma política dos órgãos de comunicação social, tendo em conta que raras são as vezes em que seguimos as notícias e polémicas até ao final ou até ao ponto do esclarecimento completo das nuances.

3-Até que ponto a Continuidade noticiosa influência a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública?

Ela é fundamental para o esclarecimento da opinião pública e, sobretudo, para que o jornalismo possa contribuir significativamente para a qualidade da democracia e controlo social. A continuidade permite ir além do imediatismo da notícia e chegar às diversas perspectivas que, normalmente, não têm espaço no fervor da notícia.

4-Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?

Há sempre uma preocupação em dar continuidade. Mas, o problema é materializar a preocupação. É criar as condições para tal. É ter esta preocupação como prioridade e ter profissionais disponíveis a esta corrida de fundo.

10- Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados?

A maior dificuldade é a pequenez das equipas na redação e pouca transparência do órgão quanto ao conceito do que seja notícia e que temas merecem continuidade. Além disso, há uma desmotivação em boa parte da equipa, que os impede de ir além do mínimo esperado.

5-- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na selecção dos factos a serem noticiados?

Basicamente o que está na agenda governamental e das grandes organizações ou ainda das entidades que têm alguma vitalidade e eficácia na comunicação. Somos pouco eficazes em dar visibilidade à realidade das comunidades.

6-Como esta o jornalismo investigativo nestas ilhas?

É incipiente e pouco criativo

7- Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo? Ter profissionais com formação mais sólida, não apenas a

generalista da formação básica da universidade / Ter profissionais especializados em certas áreas de atuação / Reforço das redações com mais profissionais, para que possam ter jornalistas disponíveis para estar fora da redação em investigação / Organizar as redações em editorias / Estabelecer a investigação e a grande reportagem como prioridades do órgão / Investir recursos financeiros e tecnológicos na investigação / Atuar menos no imediatismo e na qualidade da informação e na informação para provocar mudanças / Investir mais na informação cidadã e não na informação como entretenimento e para cumprir as edições noticiosas

- 8- O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil?** O acesso às fontes de notícias em Cabo Verde é relativamente fácil, quando se trata de temas tratados no quotidiano. Quando se trata de uma informação que se quer mais profunda, quando se trata de uma investigação para uma grande reportagem ou temas delicados e que possam mexer com o status quo, o acesso se torna difícil. A pequenez do país e as relações sociais truncadas fazem com que seja difícil prosseguir em investigações que podem por a nu situações que, por vezes, estão à vista de todos.

Anexo 4

Maria de Jesus Correia de Barros, Jornalista na Agência cabo-verdiana de notícias – Inforpress, S.A

1 - O que entende por continuidade noticiosa? Continuidade noticiosa é dar seguimento à notícia. Saber dos seus efeitos, esclarecer algo que ficou por esclarecer, ouvir o contraditório por forma a que o público que esteja a acompanhar a notícia esteja efectiva esclarecida e informada de tudo.

2-Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde? Em Cabo Verde a continuidade noticiosa ela é fraca, pese embora existir exemplos de casos muito bem mediatizados e que foram muito bem acompanhados. Mas o certo é que fica quase sempre algo que poderia ser explorado, fica uma pessoa que devia ser ouvida e não foi entre outros aspectos. Acontece também casos de notícias que são lançadas e depois não

se conhece os efeitos, nem mesmo é confirmada, promessas que não são cobradas, levando com que as coisas caiam no esquecimento.

3- Até que ponto a Continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública? Quando uma notícia tem continuidade a opinião pública fica sempre melhor informada e melhor esclarecida

4- Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam? O órgão para o qual eu trabalho, tenta muitas vezes dar continuidade às notícias. Entretanto muitas vezes “deixar cair” porque o jornalista que estava a seguir esse caso teve de sair, por exemplo, para fazer outra coisa. Há também casos de desistência porque a fonte não colabora. Portanto eu acho que se houvesse mais recursos humanos aqui no órgão em que eu trabalho, haveria espaços, com certeza, para tratar as informações da melhor forma.

5- Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados? A não colaboração por parte das fontes e falta de recursos, que acaba por culminar na falta de tempo – a indisponibilidade.

6- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na selecção dos factos a serem noticiados? O interesse público.

7-Como esta o jornalismo investigativo nestas ilhas? Nada bom. Muito pouca investigação a nível do jornalismo

8-Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo? Mais abertura das fontes e mais meios para os jornalistas investigativos--9- O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil? É difícil. Geralmente as fontes só estão sempre disponíveis quando têm algo do seu interesse para divulgar, mas caso contrário é difícil.

Anexo nº 5

Jeremias S. Furtado – Jornalista do Jornal A Nação, editor da página online e um dos administradores não executivos do semanário.

1-O que entende por continuidade noticiosa?

Acredito que continuidade noticiosa é dar continuar a noticiar os acontecimentos futuros relativos a uma primeira notícia.

2- Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde?

Acredito que em Cabo Verde, em alguns casos, é dada a continuidade noticiosa. Entretanto em outros acaba-se por se esquecer do assunto, deixando o leitor se saber os demais meandros de um assunto. Atribui isso a falta de pessoal especializado em áreas específicas.

3-Até que ponto a Continuidade noticiosa influência a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião publica?

Penso que a continuidade noticiosa é muito importante ainda mais em Cabo Verde, onde existe ainda um certo medo de pessoas darem a cara e falar sobre assuntos em que estão envolvidos. Então sempre haverão coisas por esclarecer. Isso só será possível com a continuidade, pois com ela virão os desmentidos e demais esclarecimentos para o entendimento real do assunto.

4-Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?

No órgão onde trabalho há um compromisso com o leitor, assumido pela direção e por todos os jornalistas, por isso, sempre que é possível, damos espaço a continuidade das notícias. O objetivo é, sempre, dar mais e maiores esclarecimentos aos leitores.

5-Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados?

Penso que a maior dificuldade está relacionada com a falta de fontes capazes de darem mais pormenores um determinado assunto. Também posso falar no problema de falta de especialização, o que faz com que o jornalista esteja a trabalhar em várias editorias, fazendo que com as notícias mais atuais roubem o protagonismos das avançadas anteriormente.

6- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na selecção dos factos a serem noticiados?

Anexo nº 6

1-O que entende por continuidade noticiosa? A continuidade dá mais valor a notícia, pois, uma vez publicada, a notícia ganha uma certa inércia que necessita ser continuada para que a história tornada pública tenha uma maior clareza acerca da mesma. Isto cria um acompanhamento da notícia até que outras notícias mais importantes em agenda obriguem a deixar cair o assunto.

2-Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde? Ainda muito pouca utilizada. Alguns dão continuidade, mas na maioria das vezes a notícia nunca é continuada para que os ouvintes, leitores ou telespectadores possam saber do desfecho do tema em causa. Mas há também que se ter em conta que nas redações, nem os chefes de redação levam isso em consideração colocando-a na agenda do dia.

Até que ponto a Continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública?

3-Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam? Medio, para não dizer não existe atenção nenhuma.

Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados? A própria organização da redação e das chefias que não deixam espaço para que os jornalistas possam dar continuidade aos temas divulgados, pois, estes têm de fazer outra coisa. A continuação da notícia tem sido uma verdadeira insistência do próprio jornalista e não das redações.

4- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na selecção dos factos a serem noticiados? Toda empresa de comunicação conta com um manual de instruções que seus funcionários devem seguir para deixar as informações dentro de determinado padrão. Isso traz certa praticidade no processo de elaboração das notícias, mas traz problema aos jornalistas, que se acostumam a uma determinada maneira de fazer notícia

5-Como esta o jornalismo investigativo nestas ilhas? Muito fraco.

6-Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo? Que as chefias disponibilizem mais tempo ao jornalista para que possa fazer trabalhos de investigação e divulgar notícias com mais sentido e conhecimento.

7-O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil.

Nem fácil nem difícil. Mas é preciso muita insistência para que se consiga informações guardadas e camuflados pelo governo e partidos políticos.

Anexo nº 7

Elisabeth Dias, Jornalista e chefe de informação da televisão privada, Record Cabo Verde

1- **O que entende por continuidade noticiosa?** É dar seguimento a um determinado facto com credibilidade para esclarecer a opinião pública.

2- **Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde?** Em CV nem sempre os jornalistas obedecem este critério da notícia e de facto existem situações que precisam ser relatadas para dar o acompanhamento e para melhor esclarecer a opinião pública mas que infelizmente não acontecem.

3- **Até que ponto a Continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública?** A continuidade da notícia é uma questão relevante e que influencia a qualidade e a credibilidade da informação, principalmente quando o jornalista trabalha com imparcialidade e isso, ajuda no esclarecimento da opinião pública.

4- **Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?** Na estação onde eu trabalho sempre temos essa preocupação de dar a continuidade da notícia e privilegiar sempre a regra do contraditório, e manter sempre os telespectadores bem informados, principalmente quando são casos polémicos e notícias de carácter social que por si só despertam mais atenção dos nossos telespectadores.

5- **Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados?** Uma das principais dificuldades tem a ver com o acesso às fontes de informação que limita essa continuidade da informação. Neste caso mesmo querendo um jornalista dar seguimento ou continuidade às vezes essa disponibilidade das fontes atrapalha e o jornalista cabe a ele unicamente dizer que a fonte não está disponível.

6- **- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na selecção dos factos a serem noticiados?** Em primeiro lugar tem que ser uma notícia de interesse público, actual e relevante. Privilegiamos mais as notícias sociais que têm sido o nosso foco no dia-a-dia. Em vez de políticas.

7- **Como esta o jornalismo investigativo nestas ilhas?** Temos um jornalismo sentado em Cabo Verde e o jornalismo investigativo no país anda muito aquém das expectativas, pois o difícil acesso às fontes dificulta o desenvolvimento e o sucesso deste tipo de jornalismo, assim como a pouca vontade e o pouco interesses dos jornalistas cabo-verdianos a enveredar por esse caminho, que de facto seria importante para esclarecer muitas questões do país.

8- **Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo?**

Sensibilizar as fontes principalmente, as fontes policiais para facultarem o trabalho dos jornalistas, colaborarem mais, estar sempre em contacto com os tribunais e outros órgãos do país importantes no trabalho do jornalismo investigativo e a própria sociedade que às vezes tem medo de dar a cara em determinados assuntos, pois não querem expor a sua imagem, para depois não ser censurada.

9- **O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil?** Na minha óptica tem sido difícil, as fontes estão mais disponíveis quando o assunto for do seu interesse, caso contrário não querem contribuir e daí dificulta o trabalho dos jornalistas.

Luís Carvalho, Jornalista, da Agência cabo-verdiana de notícias – Inforpress, já desempenhou cargos de chefias em outros jornais impressos e foi assessor do Ministro do Ambiente habitação e Ordenamento do Território (na altura que se instalou a polémica esteve como assessor).

1- O que entende por continuidade noticiosa? É dar seguimento às notícias divulgadas.

2- Como analisa a questão da continuidade noticiosa em Cabo Verde? - Bastante má. Os órgãos de comunicação social têm falhado nesse sentido.

3- **Até que ponto a Continuidade noticiosa influencia a qualidade da informação e o esclarecimento da opinião pública?** A sua ausência prejudica sobremaneira os leitores, os ouvintes ou os telespectadores.

4- **Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?** No caso da Inforpress, tem havido uma preocupação no sentido de se acompanhar as notícias divulgadas em relação aos acontecimentos. No entanto, é preciso reconhecer que há falhas.

5- **Quais as principais dificuldades que tem deparado no seu dia-a-dia, que dificultam o seguimento dos temas noticiados?** Falta do pessoal na Redacção. Às vezes, não se tem acompanhado o desfecho de determinadas notícias porque o jornalista é “desviado” para fazer cobertura de outros acontecimentos.

6- **- Quais os critérios essenciais que normalmente utilize/ ou o seu órgão leva em conta na selecção dos factos a serem noticiados?** Importância e actualidade.

7- **Como está o jornalismo investigativo nestas ilhas?** Se existe, é muito pouco e superficial.

8- Que medidas sugere para que se fortaleçam as práticas de jornalismo investigativo? Os órgãos devem libertar os jornalistas para o efeito.

9- O acesso às fontes de informação em Cabo Verde, como é que se processa? É fácil difícil? Difícil, infelizmente.